

Trabalho de Graduação

Curso de Graduação em Geografia

**A MIGRAÇÃO DA POPULAÇÃO LGBTQIAPN+ DA CIDADE DE AMERICANA
PARA SÃO PAULO - MOTIVOS, CAUSAS E JUSTIFICATIVAS.**

Isabela Maria Sérgio Beraldo

Profa. Dra. Dayana Aparecida Marques De Oliveira

Rio Claro (SP)

2025

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Câmpus de Rio Claro

ISABELA MARIA SÉRIO BERALDO

A MIGRAÇÃO DA POPULAÇÃO LGBTQIAPN+ DA
CIDADE DE AMERICANA PARA SÃO PAULO - MOTIVOS,
CAUSAS E JUSTIFICATIVAS.

Trabalho de Graduação apresentado ao
Instituto de Geociências e Ciências
Exatas - Câmpus de Rio Claro, da
Universidade Estadual Paulista Júlio de
Mesquita Filho, para obtenção do grau de
Licenciatura em Geografia.

Rio Claro - SP

2025

B482m

Beraldo, Isabela Maria Sérgio

A migração da população LGBTQIAPN+ da cidade de Americana para São Paulo : Motivos, causas e justificativas. / Isabela Maria Sérgio Beraldo. -- Rio Claro, 2025

69 p.

Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura - Geografia) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro

Orientadora: Dayana Aparecida Marques De Oliveira

1. População LGBTQIAPN+. 2. Migração LGBTQIAPN+. 3. Direito à cidade. 4. Americana-SP. I. Título.

ISABELA MARIA SÉRIO BERALDO

**A MIGRAÇÃO DA POPULAÇÃO LGBTQIAPN+ DA CIDADE DE
AMERICANA PARA SÃO PAULO - MOTIVOS, CAUSAS E
JUSTIFICATIVAS.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Instituto de Geociências e Ciências Exatas – Câmpus de
Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de
Mesquita Filho”, para obtenção do grau de Licenciada
em Geografia.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dra. Dayana Aparecida Marques De Oliveira

Dr. Murilo Henrique Rodrigues de Oliveira

Me. Ana Paula de Oliveira do Ó

Aprovado em: 16 de outubro de 2025

Documento assinado digitalmente
 ISABELA MARIA SERIO BERALDO
Data: 10/12/2025 19:00:05-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente
 DAYANA APARECIDA MARQUES DE OLIVEIRA
Data: 09/12/2025 12:35:42-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura do discente

Assinatura do(a) orientador(a)

AGRADECIMENTOS

Agradeço profundamente aos meus familiares, em especial à minha mãe, cujo apoio emocional e cuidado durante a elaboração deste projeto foi fundamental.

Expresso minha gratidão à minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Dayana Aparecida Marques de Oliveira, pelo apoio constante e pelo auxílio prestado ao longo da elaboração deste trabalho de conclusão de curso.

Destaco a importância do incentivo de minha noiva, que foi luz em meio aos bloqueios criativos e me apoiou desde a escolha do tema até a entrega final.

Registro meu sincero agradecimento aos entrevistados, membros da comunidade LGBTQIAPN+ que migraram da cidade de Americana para São Paulo, por compartilharem suas histórias e vivências, contribuindo de forma essencial para a elaboração deste trabalho.

RESUMO

O presente trabalho objetiva analisar a migração da população LGBTQIAPN+ do interior para as metrópoles e a relação entre o direito à cidade e as sexualidades. Logo, este Trabalho de Conclusão de Curso busca identificar os fatores de atração e repulsão em cidades do interior do Estado de São Paulo com foco na cidade de Americana e o fluxo dessa minoria para a cidade de São Paulo. A cidade de Americana, localizada no interior do Estado de São Paulo a aproximadamente 141 quilômetros da capital é marcada por tradições conservadoras que permeiam cada aspecto da vida cotidiana, tendo como protagonistas de sua formação histórica homens, héteros e brancos, a cidade reforça em sua estrutura as normas patriarcais e heterossexuais excluindo e afastando a população LGBTQIAPN+ do convívio e dos espaços públicos.

Palavras-Chave: População LGBTQIAPN+; Migração LGBTQIAPN+; Direito à cidade; Americana-SP

ABSTRACT

This study aims to analyze the migration of the LGBTQIAPN+ population from rural areas to metropolitan areas and the relationship between the right to the city and sexualities. Therefore, this Final Course Project seeks to identify the factors of attraction and repulsion in cities in the interior of the state of São Paulo, focusing on the city of Americana and the flow of this minority to the city of São Paulo. The city of Americana, located in the interior of the state of São Paulo, approximately 141 kilometers from the capital, is marked by conservative traditions that permeate every aspect of daily life, with straight, white men as the protagonists of its historical formation. the city reinforces patriarchal and heterosexual norms in its structure, excluding and alienating the LGBTQIAPN+ population from social interaction and public spaces.

Keywords: LGBTQIAPN+ population; LGBTQIAPN+ migration; Right to the city.

Title in english: The Migration of the LGBTQIAPN+ Population from the City of Americana to São Paulo – Reasons, Causes, and Justifications.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
1.1. JUSTIFICATIVA.....	11
1.2. OBJETIVO GERAL.....	13
1.3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	13
2. METODOLOGIA.....	14
3. DIREITO À CIDADE E POPULAÇÃO LGBTQIAPN+.....	17
3.1. O DIREITO À CIDADE E OS CORPOS DISSIDENTES.....	17
3.2. A CIDADE COMO ESPAÇO DE EXCLUSÃO E ACOLHIMENTO.....	20
3.3. TERRITORIALIDADE, IDENTIDADE E RESISTÊNCIA.....	23
3.4. VULNERABILIDADES, VIOLÊNCIAS E BUSCA POR PERTENCIMENTO: MIGRAÇÕES INTERNAS DA POPULAÇÃO LGBTQIAPN+.....	26
4. CARACTERÍSTICAS DOS ESPAÇOS INVESTIGADOS.....	30
4.1. AMERICANA – FORMAÇÃO HISTÓRICA E SOCIAL DO MUNICÍPIO, DINÂMICA URBANA E CONSERVADORISMO.....	30
4.2. SÃO PAULO – METRÓPOLE, DIVERSIDADE, REDES DE APOIO E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A POPULAÇÃO LGBTQIAPN+.....	35
5. ENTREVISTAS: MIGRAÇÃO DA POPULAÇÃO LGBTQIAPN+ DE AMERICANA PARA SÃO PAULO - MOTIVOS, CAUSAS E JUSTIFICATIVAS.....	41
5.1 POR QUAIS MOTIVOS VOCÊ DECIDIU MUDAR DE AMERICANA PARA SÃO PAULO?.....	42
5.2 QUÃO IMPORTANTE FOI A PRESENÇA DE UMA COMUNIDADE LGBTQIAPN+ ATIVA NA SUA DECISÃO DE MIGRAR PARA A CIDADE DE SÃO PAULO?.....	46
5.3 VOCÊ ENFRENTOU ALGUMA FORMA DE DISCRIMINAÇÃO OU PRECONCEITO EM AMERICANA – SP?.....	49
5.4 VOCÊ ENFRENTOU ALGUMA FORMA DE DISCRIMINAÇÃO OU PRECONCEITO EM SÃO PAULO?.....	52
5.5 QUAIS DESAFIOS VOCÊ ENCONTROU AO SE ADAPTAR À SÃO PAULO DURANTE O INÍCIO DO PROCESSO DE MIGRAÇÃO?.....	53
5.6 QUAL É A IMPORTÂNCIA DOS ESPAÇOS DE CONVIVÊNCIA E ENCONTRO PARA A COMUNIDADE LGBTQIAPN+ PARA VOCÊ ENQUANTO PESSOA LGBTQIAPN+ EM SÃO PAULO?.....	55
5.7 VOCÊ CONHECE ALGUM ESPAÇO DE CONVIVÊNCIA E ENCONTRO PARA A	

COMUNIDADE LGBTQIAPN+ EM AMERICANA – SP? SE SIM QUAIS?.....	58
5.8 FUTURAMENTE VOCÊ GOSTARIA DE VOLTAR A MORAR EM AMERICANA? POR QUÊ?.....	59
6. CONCLUSÃO.....	60
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	61
Anexo 1 - Roteiro das Entrevistas.....	65

1. INTRODUÇÃO

O artigo 5º da Constituição Brasileira assegura a todos os “brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (Brasil, 1988), contudo alguns desses direitos não são garantidos a todos, de modo que a população LGBTQIAPN+ tem suas liberdades, igualdades e seguranças reprimidas pela violência sofrida diariamente no país. Segundo o “Dossiê de Mortes e Violências Contra LGBTI+ no Brasil” elaborado pelo Grupo Gay da Bahia, o Brasil registrou 230 mortes de pessoas LGBTQIAPN+ em 2023, sendo 184 mortes por assassinato e 18 suicídios.

Além da violência direta as minorias de gênero e sexualidade também convivem com o preconceito e a exclusão desde os ambientes de trabalho aos locais de convivência social nas cidades que habitam, principalmente nas cidades locais, no interior dos estados, distantes das capitais e marcadas por tradições religiosas cristãs. Para Rolnik (2006) as cidades são registros de sua própria história, logo os espaços não ocupados por determinados fragmentos da sociedade tem relação direta com a maneira na qual as cidades são pensadas e construídas.

Esses centros urbanos podem ser compreendidos como “cidades armário”, termo usado para designar o apagamento das sexualidades e identidades de gênero nas áreas urbanas (Vieira, 2011). A dominância do cristianismo e da heteronormatividade leva a população LGBTQIAPN+ a um fluxo de migração para as metrópoles, visto que essas ao mesmo tempo que apresentam lugares de pertencimento também permitem um anonimato na expressão da sexualidade devido às multidões.

Multidões promovem o anonimato é, sempre que os atos homossexuais permaneceram ilegais, uma medida de segurança. Migrantes poderiam sair da rigidez imposta em outro lugar, localizar novas "sub-culturas" para satisfazer os desejos reprovados. (Vieira, 2010, apud Aldrich, 2004, p. 1721).

As cidades do interior paulista apresentam características de cidades armários desde sua fundação até a forte presença de festividades e tradições marcadas pela dominância cristã, poucos ou inexistentes são os locais de socialização para população LGBTQIAPN+. Os movimentos sociais de gênero e sexualidade são reduzidos a assuntos tratados ocasionalmente em reuniões políticas comumente relacionadas a partidos políticos alinhados à esquerda.

A cidade de Americana, localizada no interior do Estado de São Paulo a aproximadamente 141 quilômetros da capital é marcada por tradições conservadoras que

permeiam cada aspecto da vida cotidiana, sua história é predominantemente marcada por figuras masculinas e heterossexuais que moldaram a identidade local. Desde os primeiros dias de sua fundação, os protagonistas históricos têm sido homens, heterossexuais, brancos cujas ações e decisões consolidaram a fundação de uma vila que viria a se tornar uma cidade enraizada em normas tradicionais com tendência a afugentar a população LGBTQIAPN+.

A cidade contém apenas três locais, sendo eles o Porão Snooker Bar, localizado no bairro Jardim Girassol, o Vibes Coffee Shop localizado no bairro Paraíso e o Labirinto Pub localizado no bairro Santa Cruz, frequentados por aqueles que não correspondem às normas heterossexuais. Contudo, esses locais não são específicos e nem voltados a esse público, apenas locais onde podem expressar suas afetividades de forma segura sabendo que os outros frequentadores não apresentarão nenhuma objeção a sua presença o que pode ocorrer em outros locais como praças, shows, parques e outros espaços elaborados objetivando a participação de famílias monogâmicas heteronormativas. Esse molde da cidade leva a população LGBTQIAPN+ a migrar para grandes metrópoles, principalmente para a cidade de São Paulo, capital do Estado de São Paulo, a cidade mais populosa do Brasil que conta com a maior Parada LGBTQIAPN+ do mundo. A cidade de São Paulo conta com espaços, bares e festa voltados para essa população principalmente nos entornos da Rua Augusta e próximos a Praça da República, além de contar com o Museu da Diversidade Sexual, localizado no bairro da República, que reúne exposições, oficinas e diversos eventos que promovem saúde, bem estar e representatividade.

Por meio de entrevista e análises qualitativas, o presente trabalho pretende responder às seguintes questões: O que motiva a população LGBTQIAPN+ a deslocar-se da cidade de Americana para São Paulo? Quais os fatores de atração da cidade de São Paulo para esse público específico? Quais os fatores de repulsão da cidade de Americana para minorias de gênero e sexualidade? Qual a relação entre o direito à cidade e a sexualidade? A pesquisa visa, por meio do levantamento bibliográfico e das entrevistas, analisar a relevância dos espaços de vivência para minorias de gênero e sexualidade, e como esses fatores podem influenciar a atração e a repulsão em diferentes cidades.

1.1. JUSTIFICATIVA

Essa pesquisa se faz necessária visto que o direito à cidade vai além do acesso à moradia e trabalho. Se encontra, também, na relação entre o cidadão e lugares ocupados pelas relações culturais e de identidade nos centros urbanos. Na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, torna-se necessário considerar as questões de gênero e a sexualidade na estruturação de uma cidade.

A cidade é entendida em suas relações concretas por onde se movimentam os indivíduos em sua vida cotidiana. Nas últimas décadas tem se consolidado lutas, estudos e pesquisas sobre o direito da cidade como questão integrante dos direitos humanos. (Da Silva; Dos Santos, 2015, p. 500).

Carvalho e Junior (2019) descrevem a cidade como uma obra por finalizar, salientando a importância das trocas e relações existentes em meio às moradias. A cidade nesse contexto vai além da produção do capital, mas se relaciona com a cultura, identidade, ideologias e sexualidade. “É nas cidades onde vivemos que nos cruzamos com multidões de gente que se vão construindo como membros das comunidades e grupos de pertença de que fazemos parte, sendo que as minorias sexuais são um desses grupos” (Vieira, 2011, p. 3).

Compreender o papel da sexualidade nesses centros urbanos faz-se fundamental para análise da cidade enquanto espaço central de encontro e visibilidade. A relação entre a sexualidade e a cidade não é um assunto recente na geografia. “Ao longo dos últimos 20 anos no campo disciplinar da geografia surgiu um programa de investigação considerável em termos de produção teórica, e de estudos de caso, sobre a organização espacial das vidas de homens gays e mulheres lésbicas” (Vieira, 2011, p. 7).

Embora reconheçamos a importância da sexualidade, a aceitação varia conforme a hierarquia e a formação histórica e social das cidades. As famílias, a religião e os costumes são fatores que levam a pessoa LGBTQIAPN+ a sentirem e a serem rejeitados e necessitem ocultar parte da própria identidade.

Sendo assim, estar na contramão da universalidade sexual é estar à mercê de privações, castigos e disciplinarização em todo o campo tocado pelo social. Sobre esses, por exemplo, cita-se: a família, a escola, a política, a religião e os hospitais como campos sociais discursivos que relegam a diversidade sexual. (Moraes, 2019, p. 97).

Desse modo o controle dos corpos efetivado em cidades locais e rurais é advindo de uma forte moralidade cristã que gera discursos sobre o que é ou não aceito no campo dos desejos. Segundo Moraes (2019), a religião tem como fim salvaguardar os corpos dos fiéis do

pecado da carne e dos desvios morais, reprimindo manifestações sexuais no convívio comum. Nesses espaços, o desenvolvimento de relações e grupos LGBTQIAPN+ é restrito, o que frequentemente leva à saída dessa população para cidades maiores, especialmente metrópoles. Essa restrição pode se relacionar com a própria configuração espacial e social de municípios interioranos, muitas vezes marcados por forte vigilância moral e pela baixa diversidade de ambientes de sociabilidade, o que pode favorecer ou limitar o desenvolvimento de vínculos, redes de apoio e sentimentos de pertencimento. Para Vieira (2011), o anonimato das cidades modernas potencializa a “ilicitude” de algumas práticas.

Ainda assim as cidades – e em especial as grandes cidades e metrópoles – são espaços onde a “homofobia” e “heterossexismo” se faz sentir de um modo mais difuso do que comparativamente com os espaços rurais. Assim as comunidades rurais são culturalmente mais homogêneas que as comunidades urbanas, estão menos expostas a diferentes estilos de vida, sendo os residentes rurais são menos tolerantes à diversidade e mais conservadores das tradições vigentes, reprodutoras do preconceito e da desigualdade. (Vieira, 2011, p. 10).

As cidades desempenham um papel crucial na formação e sustentação da identidade da população LGBTQIAPN+, principalmente através da criação e manutenção de espaços dedicados a esse grupo, que não apenas oferecem locais seguros e acolhedores, mas também promovem a visibilidade e a representação da diversidade sexual e de gênero na esfera pública. Em cidades como Americana, localizada no interior do Estado de São Paulo, a realidade é desafiadora devido à escassez de estabelecimentos voltados para a vivência e expressão das minorias de gênero e sexualidade, além de um contexto conservador e patriarcal que limita a visibilidade e o apoio a essas questões. Esse ambiente muitas vezes leva à sensação de exclusão e invisibilidade, impulsionando um movimento de migração em direção à metrópole vizinha. São Paulo oferece maior diversidade de espaços e uma cultura mais inclusiva e receptiva. A cidade de São Paulo conta com maior infraestrutura para apoiar e celebrar a diversidade, oferecendo eventos, estabelecimentos e redes de apoio que possibilitam uma expressão mais plena e autêntica das identidades LGBTQIAPN+, mesmo sendo, dialeticamente, a capital mais violenta para essa população, segundo dados do Dossiê 2023 - mortes e violências contra LGBTQ+ no Brasil (Acontece, ANTRA, ABGLT, 2024). Assim, investigar as motivações por trás dessa migração e as relações entre identidade e direito à cidade revela a busca por um ambiente mais acolhedor e evidencia a necessidade urgente de políticas urbanas e sociais que garantam a inclusão e participação de todas as identidades em qualquer localidade. Estudar essas dinâmicas é fundamental para compreender como a configuração urbana e a cultura local impactam a qualidade de vida e o bem-estar da

população LGBTQIAPN+, além disso, sublinha a importância de garantir que todas as cidades ofereçam oportunidades e espaços de acolhimento adequados para todos os seus habitantes.

1.2. OBJETIVO GERAL

O presente trabalho tem por objetivo compreender os motivos, causas e justificativas para o deslocamento da população LGBTQIAPN+ da cidade de Americana para São Paulo.

1.3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Analisar quais os fatores de atração da metrópole paulistana para a população LGBTQIAPN+, observando que o município de São Paulo por sua natureza econômica e política pode ser considerada uma referência no território brasileiro.
- Refletir sobre os fatores de repulsão da cidade de Americana para as minorias de gênero e sexualidade observando os contextos históricos e sociais da cidade, bem como a disposição dos locais de vivência para este público no município.
- Refletir sobre a relação entre o direito à cidade e a sexualidade, observando como as estruturas das cidades se relacionam às necessidades sociais em relação às sexualidades.

2. METODOLOGIA

A metodologia utilizada na elaboração deste trabalho se constituiu a partir de corpo teórico e metodológico desenvolvido por meio de um levantamento bibliográfico relacionado às seguintes temáticas: Direito à cidade, População LGBTQIAPN+, espaços de vivências, migração para metrópoles, sexualidade e cidade.

A análise teórica tem por objetivo conceber um arcabouço teórico que possibilita compreender as relações entre a sexualidade e as cidades, o direito da população LGBTQIAPN+ de ocupar espaços e se fazer presente no contexto social dos municípios. Além disso, permite também identificar os fatores que afastam esse público de municípios com estruturas conservadoras e tradições religiosas que reprimem minorias de gênero e sexualidade.

A segunda parte desta pesquisa conta com a realização de entrevistas com pessoas da comunidade LGBTQIAPN+ que efetuaram o movimento de migração do município de Americana para a metrópole São Paulo. As entrevistas têm como objetivo identificar e documentar as experiências anteriores e subsequentes das minorias de gênero e sexualidade em relação à participação nos espaços, à relação com a população e aos motivos que levam essas pessoas a deixar a cidade natal, Americana, em direção a São Paulo.

A pesquisa prática foi realizada entre os meses de agosto a setembro, por meio de entrevistas com oito moradores do município de São Paulo, que têm Americana, também no estado de São Paulo, como cidade natal. Os participantes foram identificados por meio de indicações de pessoas LGBTQIAPN+ ou aliados que residem em Americana, em especial professoras da rede municipal e estadual. Esses depoimentos são fundamentais para a elaboração desta pesquisa, servindo como evidências empíricas para validar e fortalecer os argumentos presentes na literatura existente, objetivando integrar a coleta e análise dos dados obtidos com a revisão bibliográfica, permitindo uma abordagem mais robusta e fundamentada dos resultados. Deste modo a presente pesquisa busca oferecer uma compreensão aprofundada dos temas abordados, conectando as experiências individuais dos entrevistados com o contexto acadêmico e teórico.

É importante ressaltar que, devido à necessidade de entrevistas com pessoas LGBTQIAPN+, o desconforto ou constrangimento diante de alguma pergunta, assim como timidez, sentimento de medo e/ou exposição ao ser observado, medo de ser julgado em situações de observação pela pesquisadora, estresse emocional caso alguma das questões desperte reflexões desconfortáveis, fadiga ou cansaço no decorrer da entrevista, podem se

fazer presentes como riscos enfrentados durante a pesquisa, portanto, como forma de minimizar esses riscos e com base nas Resoluções nº 466, de dezembro de 2012 (CNS, Brasil, 2012), e nº 510, de abril de 2016 (CNS, Brasil, 2016), do Conselho Nacional de Saúde, as perguntas das entrevistas são elaboradas de maneira a não causar constrangimentos. Não são solicitados dados de identificação, e as entrevistas são realizadas em local privado, sem interferência de terceiros. Foi disponibilizado ao participante o acesso ao material das perguntas antes da gravação da entrevista ou quando solicitado, possibilitando que o entrevistado optasse por deixar de responder ou desistir de sua participação a qualquer momento, sem qualquer prejuízo. Ademais foi disponibilizado ao entrevistado o poder de optar por não ter sua entrevista gravada, neste caso o registro da entrevista ocorreu de forma manual com as respostas sendo transcritas.

De modo complementar, o pesquisador se disponibilizou a se retirar do local de observação sempre que solicitado e a esclarecer o motivo da observação e o uso das informações coletadas. Por fim, a pesquisa está submetida e avaliada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), sob o número de identificação CAAE nº 86549024.1.0000.5408.

O levantamento bibliográfico é crucial sendo fundamentados nas obras de Henri Lefebvre (1980) “O direito à cidade” e Claude Raffestin (1993) “Por uma Geografia do Poder” observando as necessidades sociais inerentes à sociedade urbana sendo a sexualidade o ponto central dessa pesquisa, de Raquel Rolnik as obras “O que é Cidade” (1988) e “Territórios Negros nas Cidades Brasileiras (etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro)” (1989) buscando entender as relações entre as minorias sociais e as cidades, de David Harvey (1980) “A justiça social e a cidade” apresenta uma perspectiva da cidade sob o olhar da justiça social observando a maneira que as políticas urbanas e as práticas de planejamento tendem a reforçam desigualdades sociais e econômicas, discutindo a necessidade de uma abordagem mais justa e equitativa para a organização das cidades, de Milton Santos (2011) “O espaço da cidadania e outras reflexões” oferece uma perspectiva crítica sobre como o espaço influencia e é influenciado pela cidadania e pelas desigualdades sociais.

O tema abordado consiste em um debate que ganhou força a partir de 2014, o qual pode ser aprofundado por meio da análise de escritos de Daniel Kerry dos Santos e Fernando Silva Teixeira Filho “Cartografias do Armário: estratégias do desejo em uma cidade do interior paulista” (2014), seguido pelas pesquisas de Andréa Lima da Silva e Silvana Mara de Moraes dos Santos “O sol não nasce para todos: uma análise do direito à cidade para os segmentos LGBT” (2015), de Claudio Oliveira Carvalho e Gilson Santiago Macedo Júnior “

‘Isto é Um lugar de respeito!’: A construção heteronormativa da cidade-armário através da invisibilidade e violência no cotidiano urbano” (2017) e “ ‘Ainda vão me matar numa rua!’: direito à cidade, violência contra LGBTs e heterocisnormatividade na cidade-armário” (2019), de Cleyton Feitosa, Elder Luan dos Santos Silva e Vinícius Santos da Silva Zacarias “Reflexões críticas da mesa” Ser 'gay' de interior” (2020) , de Camila de Freitas Moraes (2019) o capítulo “Esse corpo que habito não é meu?” retirado da obra “Diálogos da cidade - Experimentações coletivas” de organização de Cristine Jaques Ribeiro, buscando compreender a profundidade da dominação dos corpos nas cidade e “Cidade armário: corpos, sexualidade e subversão” (2021), de Maiara Sanches Leite, Valéria Zanetti e Maria Angélica Toniolo “As contradições entre os espaços permitidos e negados aos LGBTQI+ na cidade de São Paulo” (2021), “Territorialidades LGBTs: Um estudo da república e do baixo augusta no centro da cidade de São Paulo” (2020) e “Direito à cidade em São Paulo? Uma visão dos LGBT sobre as vivências homoeróticas na cidade (1988 – 2018)” (2021). Como base para compreender o conceito de “cidades armários” as obras de Eve Kosofsky Sedgwick (2007) “A epistemologia do armário”, de Dianne Chisholm (2005) “*Queer constellations: Subcultural space in the wake of the city*” e Michael P. Brown (2005) “*Closet space: Geographies of metaphor from the body to the globe*” são imprescindíveis.

Por fim, todos os registros teóricos, dados práticos e depoimentos coletados foram analisados em conjunto para fundamentar e aprofundar essa investigação. Conforme mencionado na introdução, o objetivo principal é compreender detalhadamente os motivos, causas e justificativas que levam a população LGBTQIAPN+ a se deslocar da cidade de Americana para São Paulo. Essa análise integrada permitirá identificar padrões e tendências, bem como avaliar como diferentes fatores contribuem para a decisão de mudança de cidade. Essa pesquisa propõe-se a oferecer *insights* abrangentes sobre as dinâmicas envolvidas nesse deslocamento, proporcionando uma visão clara das razões subjacentes e das implicações sociais e pessoais dessa mobilidade. A combinação dos dados teóricos e empíricos permitiu uma interpretação mais completa e fundamentada das experiências e escolhas da população LGBTQIAPN+ envolvida.

3. DIREITO À CIDADE E POPULAÇÃO LGBTQIAPN+

3.1. O DIREITO À CIDADE E OS CORPOS DISSIDENTES

As cidades podem ser compreendidas como um espaço produzido por meios de relações econômicas, sociais e históricas. Essa produção é observada por meio do “*Direito à Cidade*” de Henry Lefebvre (2001), na perspectiva do autor, a cidade enquanto produção do espaço não é apenas uma questão técnica ou geográfica, podendo “ser associada mais com obra de arte do que com um simples produto material” (Lefebvre, 2001, p. 52), ou seja é um complexo processo histórico, social e econômico que transforma a cidade em uma obra-produto sujeita a lógicas de valor e trocas “a cidade tem uma história; ela é obra de uma história, isto é, de pessoas e de grupos bem determinados que realizam uma obra nas relações históricas” (Lefebvre, 2001, p. 52). Deste modo, “a cidade sempre teve relações com a sociedade no seu conjunto, com sua composição e seu funcionamento, com seus elementos constituintes (campo e agricultura, poder ofensivo e defensivo, poderes políticos, Estado etc.), com sua história.” (Lefebvre, 2001, p. 51), estando em constante alteração em conformidade com seus agentes modificadores.

A partir dessa compreensão, o “Direito à Cidade” emerge como a reivindicação coletiva de participar da produção, transformação e uso do espaço urbano. Lefebvre (2001), apresenta as cidades como um direito coletivo da população de participar da produção, transformação e uso do espaço urbano, um conceito que não está apenas ancorado na cidade como base da indústria e moradia, mas nas relações sociais que nela se constroem.

Majoritariamente, os estudos sobre as cidades se concentram em sua forma, estrutura e função, relacionando-as principalmente como produto e produtora de capital. Como afirma Lefebvre: “A cidade industrial tende a se tornar pura e simplesmente um campo de crescimento da produção.” (Lefebvre, 2001, p. 121). No entanto, faz-se necessário compreender a participação social da população a partir do entendimento lefebvriano de produção do espaço. Nesse sentido, observar a cidade como “obra” não significa contrapô-la ao “produto”, mas reconhecer o papel ativo dos sujeitos na construção do espaço urbano. Como destaca o autor: “A cidade é uma obra, na qual os habitantes participam como ‘usuários’, e não como simples consumidores ou espectadores.” (Lefebvre, 2001, p. 110). Henri Lefebvre apresenta esta perspectiva de caráter revolucionário por compreender que a construção de uma cidade voltada à participação coletiva só poderia ser viável em um contexto de transformação social profunda, uma vez que, sob a lógica capitalista, o espaço

urbano é submetido à mercantilização, reduzindo-se a um objeto de troca e investimento, em detrimento de sua dimensão social e coletiva.

Como consequência, o desenvolvimento urbano impulsionado pela industrialização e pela habitação não deve ser o único foco no processo de compreensão do espaço urbano. A cidade é um espaço multifuncional, onde moradia, transporte, comércio e lazer se articulam como partes essenciais da vida urbana. A ocupação e a divisão dos espaços urbanos vão além de meras coincidências; trata-se de projetos e planejamentos orientados por concepções socioculturais, históricas, religiosas e econômicas da cidade, especialmente por aqueles que ocupam posições de poder. Conforme Lefebvre (2001), “o urbanismo torna-se ideologia e prática”, ou seja, a forma como as cidades são organizadas, planejadas e apropriadas está atravessada por dimensões ideológicas, capazes de produzir espaços de acolhimento ou rejeição a corpos dissidentes.

A complexidade das cidades contribui para a permanência de determinados corpos considerados socialmente aceitos, de acordo com aquilo que é planejado e oferecido em seu território. Segundo Moraes (2021) as cidades brasileiras são geradas a partir de uma inter-relação entre cidade e colonialidade, ou seja, crescem sem deixar de lado o referencial eurocêntrico, católico e patriarcal trazido pelos portugueses incorporado ainda mais a sociedade brasileira pela imigração italiana, esse mesmos poderes geram padrões aceitáveis, ou não, nas cidades que constroem “[...] é segundo esses poderes hegemônicos, que o racismo, a lgbtfobia e o sexismo se coadunam e se estruturam socialmente enquanto formas de opressões que mortificam e dizimam corpos específicos” (Moraes, 2021, p. 110).

Uma relação de exemplos hipotéticos de como esse processo de pertencimento e permanência opera seria: uma cidade na qual os serviços públicos, como escolas e hospitais, são escassos e mal distribuídos, os centros comerciais, educacionais e industriais estão distantes das áreas residenciais, e o custo de bens básicos é elevado. Nesse cenário, a permanência na cidade exige maior poder aquisitivo, acesso a transporte próprio e menor dependência dos serviços públicos mencionados. Assim, essa cidade se configura como um território hostil à população de baixa renda, que encontra dificuldades para se estabelecer nesse espaço. Desse modo, o mesmo ocorre com a população LGBTQIAPN+. Em uma cidade cujos centros culturais e espaços de convivência são voltados majoritariamente à população cisgênera e heterossexual, o preconceito interfere na criação de vínculos empregatícios e no exercício de funções, além de poder ser reproduzido por instituições públicas. Esse conjunto de fatores configura um território hostil, fazendo com que essa parcela da população enfrente dificuldades para estabelecer vínculos e, muitas vezes, evite permanecer no local.

A relação entre os corpos socialmente aceitos e rejeitados, e a forma como o espaço urbano é planejado, é central para compreendermos os deslocamentos da população LGBTQIAPN+ em busca de territórios mais seguros e acolhedores. A construção das cidades e sua relação com os corpos dissidentes ultrapassa a experiência de um único grupo social, refletindo estruturas mais amplas de exclusão e poder Raquel Rolnik (1989) em “Territórios Negros nas Cidades Brasileiras (etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro)” apresenta como os corpos negros, vistos como dissidentes, foram historicamente marginalizado dos espaços urbanos nas cidades brasileiras, retirados de áreas centrais e compelidos a periferias, mostrando que essa segregação não é apenas resultado de desigualdades econômicas, mas de processos urbanos profundamente marcados por questões raciais.

Citar raça e gênero como exemplos de corpos dissidentes constitui uma abordagem relevante, pois esses elementos são fundamentais para a constituição da identidade, como também importantes para entender como determinados espaços e ambientes urbanos são concebidos de maneira a excluir ou dificultar o acesso de indivíduos que se distanciam dos padrões normativos estabelecidos.

[...] por um lado a sexualidade assume um significado muito maior do que meramente o uso dos prazeres e o desejo sexual; a raça frente a cor também determinará o para além da materialidade do corpo, já que, sexualidade e a raça passam a adquirir funções identitárias que se perfazem desde a sua construção psíquica e/ou subjetiva, as ações discursivas e as estereotípias que irão demarcá-los, de maneira, a articulá-los enquanto corpos não mais privado, porém, corpos públicos e alvos da violência (Moraes, 2021, p. 112).

A partir dessa perspectiva, é possível observar como o planejamento e a organização do espaço público pode refletir estruturas de poder que marginalizam e invisibilizam pessoas cuja sexualidade, como um conceito mais amplo e que engloba identidades de gênero e orientação sexual, não se alinham com os modelos dominantes de normatividade social, gerando barreiras ao pleno exercício do direito à cidade. Como afirma Leite, Zanetti e Toniolo em “Direito à cidade em São Paulo? Uma visão dos LGBT sobre as vivências homoeróticas na cidade (1988 – 2018)”:

A formação das identidades é moldada pelo homem, assim como as identidades o moldam, constituindo uma interação dialética entre indivíduo e espaço. As identidades que não se enquadram nas normas sociais heteronormativas tendem a ser marginalizadas, negando-se o direito do outro de ser diferente (Leite; Zanetti; Toniolo, 2021, p. 127).

Os espaços urbanos carregam em si contradições do sistema e a vulnerabilidade socioespacial, uma vez que a divisão sistêmica de classes aprofunda as disparidades, essa

polarização é presente no espaço, como responsável tanto pela produção quanto pela apropriação (Leite; Zanetti; Toniolo, 2021). Em Americana, a marginalização da população LGBTQIAPN+ nos espaços urbanos se manifesta na ausência de políticas públicas específicas, na dificuldade de acesso a espaços de convivência seguros e na permanência de uma cultura conservadora que restringe sua plena participação social. Assim, o direito à cidade aqui explicitado “se refere é o direito de existir e de ser visto, de não permanecer na invisibilidade e não ser posto à margem social, isto é, relegado aos espaços “permitidos” pela heteronormatividade” (Leite; Zanetti; Toniolo, 2022, p. 127) é negado a cidadãos LGBTQIAPN+.

3.2. A CIDADE COMO ESPAÇO DE EXCLUSÃO E ACOLHIMENTO

No dicionário, ao buscarmos o verbete 'cidade', observamos que ela é descrita como um espaço de aglomeração humana, caracterizado por habitações próximas e delimitado por uma área geográfica. Segundo Rolnik (1998) as cidades surgem por meio de um processo de sedentarização, delimitação e dominação, e é nesses espaços onde se localizam os templos, a produção e a sede da organização e do poder. Já para Henri Lefebvre (2021) em *Direito à cidade*, a cidade é uma obra, resultado das interações e do modo de viver de sua população. No modo capitalista de produção, o Estado capitalista contribui para a criação de um planejamento excludente que reafirma as desigualdades inerentes ao sistema (Cruz, 2011).

A cidade, enquanto construção histórica e social, revela-se simultaneamente como palco de acolhimento e território de exclusão sendo elas “um registro, uma escrita, materialização de sua própria história” (Rolnik, 1998, p. 2), portanto podem ser tanto um espaço de encontro e pertencimento quanto um modelo de segregação, marcada por desigualdades socioespaciais.

Neste paradoxo a cidade não apenas abriga, mas também rejeita; não apenas integra, mas também silencia, gerando fronteiras que não são apenas geográficas, mas também sociais, concebendo um espaço de disputas constantes como afirma por Carvalho e Junior:

A construção dos espaços urbanos eivados de contradições, conflitos e produzidos num viés de aprofundamento da desigualdade socioespacial é reflexo de um modelo de produção e acumulação de capital, que torna a cidade um palco para disputas (Carvalho; Junior, 2019, p. 145-146).

Quando se trata dos processos migratórios, é de extrema importância compreender os fatores que os motivaram, os quais podem ser diversos: a busca por melhores condições de trabalho, salários mais elevados, segurança, acesso à saúde, entre outros. Segundo Milton Santos às migrações são provocadas e motivadas:

Mas as migrações brasileiras, vistas pelo ângulo da sua causa, são verdadeiras migrações forçadas, provocadas pelo fato de que o jogo do mercado não encontra qualquer contrapeso nos direitos dos cidadãos. São frequentemente também migrações ligadas ao consumo e à inacessibilidade a bens e serviços essenciais (Santos, 2013, p. 121).

Deixar para trás a cidade natal não é um processo fácil, pois envolve diversas questões complexas “por si só é um processo de desterritorialização e, paralelamente, processos de desculturalização” (Santos, 2013, p. 140). Contudo, para determinados grupos sociais a migração ultrapassa o que entendemos como direitos básicos de um cidadão “Direito a um teto, à comida, à educação, à saúde, à proteção contra o frio, a chuva, as intempéries; direito

ao trabalho, à justiça, à liberdade e a uma existência digna” (Santos, 2013, p. 82), e assume contornos mais subjetivos, como a busca por pertencimento e aceitação.

Para uma pessoa LGBTQIAPN+, crescer em um ambiente opressor já constitui, por si só, um grande desafio. Tal ambiente opressor não se restringe, necessariamente, ao núcleo familiar, mas se estende a toda uma sociedade que, historicamente, interpreta como erro, doença ou pecado qualquer identidade ou expressão que fuja à lógica heteronormativa. Junior e Carvalho fazem o uso da terminologia “cidade-armário” sendo essas “uma construção ideológica que orienta a produção e reprodução do espaço urbano a partir da heteronormatividade e da violência contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais na cidade.” (Carvalho, Junior, 2019, p. 149). A cidade, enquanto espaço que funciona como um 'armário' para sujeitos LGBTQ+, não apenas reproduz a lógica heteronormativa, mas também silencia e invisibiliza aquilo que escapa à norma, seja pela ausência de espaços de vivência, seja pela carência de políticas públicas inclusivas.

A ausência de políticas públicas urbanas para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais visando sua proteção e a garantia de acesso aos direitos capazes de afirmar o princípio basilar da dignidade da pessoa humana, é uma prova gritante que a cidade se fecha em torno da heterossexualidade e da cisgeneridade, ignorando a presença e participação de LGBTQs em seu corpo (Carvalho; Junior, 2019, p. 149).

O Atlas da Violência realizado pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) em 2025, apresenta um crescimento no registro de violência contra LGBTQIAPN+.

Os dados do Atlas da Violência 2025 evidenciam um aumento nos registros de casos de violência contra pessoas LGBTQIAPN+. De 2022 para 2023, os casos de violência contra homossexuais e bissexuais registrados no sistema de saúde aumentaram 35%, enquanto os casos de violência contra pessoas transsexuais e travestis aumentaram em 43% (IPEA; FBSP, 2025, p. 86).

Esses dados tem um acréscimo expressivo quando se trata de pessoas travestis ou transsexuais:

De 2014 para 2023, a violência contra mulheres transsexuais aumentou 1.110,99%, passando de 291 casos para 3.524 casos ao final da série. Os casos de violência contra homens transsexuais aumentaram em 1.607,69%, crescimento ainda maior do que no caso de mulheres trans. Por último, os casos de a violência contra travestis foram de 27 para 659 nesse período, representando um aumento de 2.340,74% (IPEA; FBSP, 2025, p. 87-88).

Para a comunidade LGBTQIAPN+, a ideia de "armário" configura-se como um fator que vai muito além do simples ato de ocultar desejos sexuais. Em muitos casos, representa uma estratégia de autopreservação, implicando o apagamento de si como forma de proteção diante de contextos hostis. As chamadas cidades-armário reafirmam a dominação de determinados grupos sobre o espaço urbano, marcada “é a dominação do masculino, burguês,

branco e heterossexual pela constituição de locais “de família” ou espaços “de respeito”” (Carvalho; Junior, 2019, p. 150). Nesse cenário, “perante a cidade, lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais não existem – ou não deveriam existir – porque rompem com as normas e acordos de sexualidade tácitos feitos pelos poderes atuantes no regime sobre os corpos” (Carvalho; Junior, 2019, p. 150).

Para esse cidadão, o medo da rua, dos espaços públicos e da ausência de semelhantes não se dissipa com a chegada à vida adulta; ao contrário, intensifica-se diante da busca por emprego, acesso à saúde e segurança, agravando-se ainda mais pela solidão e pela escassez de espaços de vivência e representatividade. Para pessoas LGBTQIAPN+ oriundas de cidades médias ou pequenas do interior, a migração para a capital não representa apenas uma tentativa de melhoria das condições de vida, mas sim uma estratégia de sobrevivência emocional e social.

3.3. TERRITORIALIDADE, IDENTIDADE E RESISTÊNCIA

O território, enquanto categoria de análise nas ciências humanas, especialmente na geografia, pode ser compreendido como o espaço no qual algo ou alguém exerce poder “[...] de início centralmente associado à base física dos Estados, incluindo o solo, o espaço aéreo e as águas territoriais” (Albagli, 2004, p. 26) . Segundo Raffestin (1993, p. 143) “o território se forma a partir do espaço, e é resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático”. No entanto, o território não deve ser reduzido a uma simples superfície ou área delimitada; ele se constitui também por meio das relações de apropriação, não apenas materiais, mas igualmente sociais e culturais, estabelecidas entre o ator e o espaço, que compreendemos como “territorialidade”. Como afirma o autor, “ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator territorializa o espaço” (Raffestin, 1993, p. 143).

Inicialmente, a territorialidade “foi usualmente entendida como princípio jurídico vinculado à base territorial dos Estados” (Albagli, 2004, p. 27). Também pode ser relacionada à ideia de sobrevivência e expansão, como na concepção de “espaço vital” proposta por Ratzel. No entanto, as relações estabelecidas entre o território e seus atores revelam um processo de interdependência, em que o território se configura como espaço de expressão social e cultural, ao mesmo tempo em que é moldado pelas práticas e significados atribuídos por aqueles que o produzem. Como afirma Albagli (2004, p. 29), “a territorialidade reflete, então, o vivido territorial em toda sua abrangência e em suas múltiplas dimensões – cultural, política, econômica e social”.

Por ser produto da sociedade que habita o território e “a territorialidade é, assim, elemento de coesão social, fomentando sociabilidade e solidariedade; mas pode ser também fonte ou estímulo de hostilidades, ódios e exclusões” (Albagli, 2004, p. 30). Tratando-se da população LGBTQIAPN+, essa ambivalência se expressa de maneira particularmente intensa. Em determinados contextos urbanos e rurais, a territorialidade pode reforçar estruturas normativas excludentes, tornando o espaço um mecanismo de controle e apagamento identitário.

A identidade para a população LGBTQIAPN+ é complexa e perpassa múltiplas dimensões, sociais, culturais e territoriais, mais do que algumas características externas, trata-se de um processo contínuo de afirmação, negociação e resistência diante das normas hegemônicas de gênero e sexualidade. A construção da identidade LGBTQIAPN+ está diretamente relacionada ao pertencimento (ou exclusão) vividas nos territórios e

territorialidades. Deste modo, espaços que reconhecem, acolhem e visibilizam as existências LGBTQIAPN+ contribuem significativamente para o fortalecimento de identidades, enquanto territórios marcados pela repressão, violência e negação simbólica produzem subjetividades fragmentadas, silenciadas ou forçadas à invisibilidade.

[...] ideia de “comunidade”, uma vez que essa ideia é muito vívida no interior. É comum ver cidadãos de metrópoles brasileiras relatarem que as pessoas não se falam no espaço público, não se veem, não saem às ruas, não conversam. Aparentemente, essa questão da comunidade, de um bairro, é mais fortalecida nos interiores. Contudo, embora “comunidade” seja um conceito que remeta à ideia de proteção, de identificação, de agrupamento, de colaboração mútua entre pares de uma mesma localidade, é também território de violência contra gays (Feitosa, Silva, Zacarias, 2020, p. 315).

A identidade pode ser compreendida como um conjunto de características, muitas vezes físicas, mas também simbólicas e sociais, que definem e conferem pertencimento a uma pessoa, grupo social ou cultural.

Nota-se que o sentimento de diferença e não pertencimento parecem ser sentidos desde a infância, indicando que o uso de recursos como a mentira e a vigília de si implicam, durante um longo tempo da vida desses sujeitos, em um processo de criação de estratégias para mascarar aquilo que não é percebido como linear e dentro dos padrões esperados (Dos Santos; Teixeira Filho, 2014, p. 191).

No caso da população LGBTQIAPN+, a identidade é construída não apenas a partir do gênero e da sexualidade, mas também pelas vivências marcadas pela resistência, enfrentamento e adaptação diante de uma sociedade estruturada sob a lógica da heteronormatividade.

A resistência é uma característica marcante na população LGBTQIAPN+, manifestando-se por meio da afirmação e reafirmação de seu gênero e sexualidade perante a uma sociedade que tem como normativa a cisgeneridade e heteronormatividade, da criação de redes de apoio e acolhimento, da formação das chamadas “famílias escolhidas”, que surgem quando a família biológica não oferece suporte ou afeto, do estabelecimento das chamadas casas de acolhimento para LGBTQIAPN+ em situação de vulnerabilidade como a Casa Aurora (Salvador, BA), o Instituto Transviver (Recife, PE) a Casa 1 (São Paulo, SP). Tais locais acolhem e disponibilizam acesso à moradia, programas socioeducativos e psicoterápicos gratuitos ou a baixo custo, e, como foco desta pesquisa por meio da existência, apropriação e ocupação dos espaços da cidade como praças, bares e parques.

Ademais, o simples ato de assumir seu gênero e sua sexualidade pode gerar implicações profundas em outras dimensões identitárias, afetando relações sociais, familiares e até mesmo econômicas, uma vez que se assumir perante a sociedade e cidade em que reside “acarretaria problemas na vivência de suas outras identidades” (Barreto, 2021).

Nesse sentido, devido a um modelo de sociedade cisgênera, binária e heteronormativa que se perpetua ao longo das gerações, é comum que sujeitos LGBTQI+ sofram exclusão, ou mesmo sejam submetidos a constrangimentos ao exporem sua identidade em determinados locais ou grupos, chegando até mesmo a sofrerem agressões (verbais e físicas), chegando até mesmo ao assassinato desses sujeitos, como evidenciado frequentemente pela mídia. Tais fatos demonstram como a exposição dessas identidades pode interferir na vida dos indivíduos, impossibilitando-os muitas vezes de exercerem outras identidades ou papéis sociais (Barreto, 2021, p. 3).

A relação entre territorialidade, identidade e resistência para a população LGBTQIAPN+ em Americana apresenta-se de forma reduzida e limitada, uma vez que não há espaços específicos voltados para essa parcela da sociedade, mas apenas locais onde a possibilidade de preconceito se mostra relativamente menor. Por se tratar de uma cidade do interior, “a vivência sexual e afetiva é permeada por estigmas e repressão, alimentada por religiosidades conservadoras e por padrões morais” (Feitosa; Silva; Zacarias, 2020, p. 315). Nesse contexto, o processo de participação dessa população nas instâncias políticas e culturais do município é restrito, não havendo eventos públicos voltados para essa comunidade e prevalecendo uma atmosfera de preconceito indireto, que gera receios quanto à assunção da sexualidade e da identidade de gênero dentro dessa sociedade.

Esses fatores contribuem para que Americana se configure como uma “cidade-armário”, “por justamente buscar manter supliciados, escondidos e negados os corpos que resistem às normas impostas frente à sexualidade” (Moraes, 2021, p. 109), fazendo com que a população LGBTQIAPN+ americanense busque na cidade de São Paulo seu lugar de aceitação, ou seja, um espaço de vivência na qual suas identidades não necessitam ser reprimidas.

3.4. VULNERABILIDADES, VIOLÊNCIAS E BUSCA POR PERTENCIMENTO: MIGRAÇÕES INTERNAS DA POPULAÇÃO LGBTQIAPN+

A vulnerabilidade da população LGBTQIAPN+ pode ser compreendida como um reflexo de uma lógica de poder cis-heteronormativa, que perpassa a família, os espaços, a sociedade e inclui o reconhecimento dos direitos dessa população. Somente em 2011 o Supremo Tribunal Federal (STF), reconheceu a união de casais homoafetivos, em 2013 o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) por meio da resolução nº 175/2013 torna vetado a possibilidade de recusa de cartórios a realização de uniões homoafetivas, em 2016 o decreto nº 8.727 dispõe sobre o uso do nome social por pessoas travestis e transexuais.

Apenas em 2019 o Supremo Tribunal Federal decidiu, por meio de um ADO (Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão), instrumento utilizado para garantir a efetividade da Constituição Federal, “enquadrar a homofobia e a transfobia, qualquer que seja a forma de sua manifestação, nos diversos tipos penais definidos na Lei nº 7.716/89, até que sobrevenha legislação autônoma” (Portal STF, 2019, s.p). Um ADO ocorre quando um órgão ou autoridade pública deixa de cumprir um dever constitucional, seja por não criar, não regulamentar ou não aplicar normas necessárias para assegurar direitos e é válido até a criação de leis que implementem as decisões tomadas. A necessidade de intervenção do STF expõe a omissão histórica do Legislativo diante das demandas da população LGBTQIAPN+ reforça a percepção de que seus direitos dependem de decisões pontuais e podem ser fragilizados diante de mudanças no cenário político e jurídico.

Neste contexto, podemos observar uma vulnerabilidade dos direitos adquiridos pela população LGBTQIAPN+ que apresenta maior probabilidade de sofrer diferentes formas de violência, que pode ser compreendida como uma forma de perpetuação dos valores heterossexuais e cisgêneros predominantes na sociedade.

A violência possui várias formas de expressão, da simbólica à fatal, e tendem a reforçar o imaginário social com idéias, sentimentos e crenças coletivas. A violência homofóbica é também praticada pelos meios de comunicação, reforçando discriminações, preconceitos e estigmas. Isso colabora para a veiculação e perpetuação de valores dominantes de intolerância, ampliando a vulnerabilidade social dos homossexuais (Martins; Fernandez; Nascimento, 2010, p. 5).

Segundo Martins, Fernandez e Nascimento (2010, p. 7) “A violência motivada pela orientação sexual pode possuir variados usos, motivos e fins, cujos principais significados seriam a de discriminar e/ou de excluir”. A violência física pode ser compreendida como uma ação intencional que causa lesões, dores ou ferimentos ao corpo de pessoas LGBTQIAPN+,

motivada pelo ódio e reprovação da orientação sexual, identidade ou expressão de gênero que diverge da cis-heteronormatividade. Já a violência psicológica manifesta-se por meio de ameaças, ofensas, invisibilização, exclusão social, entre outras práticas, acarretando danos emocionais profundos que afetam distintas dimensões da vida. Por sua vez, a violência sexual pode ocorrer na forma de assédio, abuso ou até mesmo estupro, frequentemente justificados como tentativas de “correção”. Segundo a pesquisa “Violência contra pessoas LGB+ no Brasil: análise da Pesquisa Nacional de Saúde 2019:

Com relação à violência total, as pessoas LGB+ tiveram 2,52 ($p<0,001$) mais chances de sofrer violência que as heterossexuais, e os homens que se declararam LGB+ tiveram 2,69 ($p<0,001$) mais chances de sofrer violência que os homens heterossexuais, e as mulheres LGB+ tiveram 2,40 ($p<0,001$) mais chances de sofrer violência que as heterossexuais (Vasconcelos et al., 2023, p. 3).

Esses dados evidenciam a persistência de desigualdades estruturais que comprometem a cidadania e a dignidade da população LGBTQIAPN+. Ademais, podemos destacar as ausências de espaço como uma forma de exclusão social, ou seja, uma reprodução das desigualdade de gênero e sexualidade presentes em uma sociedade e manifestado na formação dos espaços formando o que compreendemos como “cidade-armário”.

[...] a cidade-armário – uma construção ideológica que orienta a produção e reprodução do espaço urbano a partir da heteronormatividade e da violência contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais na cidade (Carvalho; Júnior, 2019, p. 146).

O discurso que alega uma baixa ou inexistente presença da população LGBTQIAPN+ é, por vezes, utilizado como pretexto para a não implementação de espaços voltados a essa parcela da sociedade., contudo segundo Silva (2008, p. 9) “a invisibilidade dos 'outros' não implica a sua inexistência. Pelo contrário, só se justifica o uso da força no processo de luta e, portanto, o oprimido age através de seus atos de resistência”.

A invisibilização manifestada por meio da inexistência de lugares, espaços e comemorações voltados a uma determinada parte dos cidadãos de uma cidade, devido a sua sexualidade, identidade ou expressão de gênero, pode ser entendida como mecanismo de legitimação da violência sofrida pela população LGBTQIAPN+. Segundo Carvalho e Júnior (2019, p.146) “a cidade-armário não é somente um termo para designar o apagamento das sexualidades e identidades de gênero desviantes ao moralmente aceitável, mas uma denúncia à invisibilidade que legitima a violência”.

É justamente nesse cenário de silenciamento e apagamento que a busca por pertencimento se apresenta como um aspecto central para muitos indivíduos LGBTQIAPN+.

Tal necessidade pode ser compreendida à luz dos processos vivenciados por muitos indivíduos, marcados por períodos de solidão durante a descoberta de sua identidade, pela negação de si mesmos, pelo receio quanto à reação de familiares, amigos e da sociedade em geral, bem como pelo medo do abandono e da estigmatização social. Soma-se a isso a vivência de preconceitos sutis e explícitos, materializados nos olhares de reprovação e comentários preconceituosos.

Esses territórios que invisibilizam a população LGBTQIAP+ são, segundo Segundo Carvalho e Júnior (2019, p.182) “marcado pelas normas rígidas dos enunciados da sexualidade: a homofobia, a heteronormatividade, o sexismo, a culpa, as instituições (família, casamento, escola, Estado) regulando e vigiando a vida social e íntima.” e se tornam hostis a essa população, agindo como um fator de repulsão nas cidades devido a necessidade contínua de se manter oculto, Feitosa, Silva e Zacarias (2020) apontam que no contexto das cidades do interior, as vivências afetivas e a sexualidade são vivenciadas sob forte repressão moral e religiosa, o que conduz à sua expressão de forma velada e clandestina.

A violência, os poucos espaços de vivência e a necessidade de se manter na clandestinidade são fatores que levam a população LGBTQIAPN+ almejar um futuro nas grandes capitais.

A presença nas capitais de boas escolas, faculdades, universidades, teatros, shows, apresentações culturais faz muita diferença. A existência de um mercado de trabalho diverso, com possibilidade de bons empregos, sem indicações interpessoais ou políticas que acontecem no interior, com carreiras promissoras, boas oportunidades para construir o futuro, atraem o público interiorano. O estabelecimento de uma rede de saúde mais estruturada que permite o atendimento de demandas nessa área também é outro fator de atração (Feitosa; Silva; Zacarias, 2020, p.316-317)

As migrações internas da população LGBTQIAPN+ revelam-se fortemente vinculadas às condições socioculturais impostas pelos diferentes contextos urbanos. Em cidades do interior, marcadas por traços conservadores e pela reprodução da cis-heteronormatividade, observa-se a escassez de espaços de convivência e de políticas públicas inclusivas, o que resulta em processos de invisibilidade e exclusão social. No caso específico da cidade de Americana, localizada no interior do estado de São Paulo, observa-se um movimento migratório da população LGBTQIAPN+ em direção a centros urbanos de maior porte e densidade populacional como Campinas e São Paulo. Tal dinâmica pode ser compreendida a partir de fatores já mencionados, uma vez que Americana, enquanto cidade do interior paulista de matriz católica, caráter conservador, marcada pela predominância de uma população heterossexual, não possui parada do orgulho LGBTQIAPN+ e apresenta escassez

de espaços de vivência nos quais sujeitos que não se enquadram na cis-heteronormatividade possam circular e expressar-se com liberdade.

Assim, a migração da população LGBTQIAPN+ não se restringe apenas a fatores econômicos ou educacionais, mas está inerentemente relacionada à busca por pertencimento, reconhecimento e condições de existência digna, configurando-se também como resposta às formas de violência institucional presentes em cidades menores.

4. CARACTERÍSTICAS DOS ESPAÇOS INVESTIGADOS

4.1. AMERICANA – FORMAÇÃO HISTÓRICA E SOCIAL DO MUNICÍPIO, DINÂMICA URBANA E CONSERVADORISMO

A formação territorial do município de Americana, interior de São Paulo, é marcada pelos fluxos migratórios de portugueses, estadunidenses, italianos e alemães. A história da cidade remonta às sesmarias, nome dado ao modo utilizado por colonizadores portugueses para dividir o território brasileiro entre os séculos XVI a XVIII. Segundo Trevisan et al (2019, p. 158) “Americana teve seu início no século XVIII, com as ocupações e sesmarias nas terras do “Salto Grande”, região compreendida entre a confluência dos rios Atibaia e Jaguari, no interior da Província de São Paulo”. A formação histórico e geográfica de Americana é atrelada a sua formação econômica e social “as especificações de compra, venda ou herança de terras, bem como dados territoriais, mostram-se essenciais para a compreensão do período e do que se considera o início de seu povoamento” (Trevisan et al. 2019, p. 160). A atual cidade se localiza onde a priori seria a divisa territorial de duas sesmarias, uma pertencente à “família Costa Machado. Durante muito tempo essas terras permaneceram abandonadas, até que Domingos da Costa Machado vendeu toda a sesmaria, sendo uma parte ao Sr. Antônio Bueno Rangel pai de Basílio Bueno Rangel” (Bryan, 1967, p. 13) e Manoel Teixeira Vilela e outra pertencente a Margarida da Graça Martin, divididas pelo Ribeirão Quilombo.

Dessa forma, o Ribeirão Quilombo constitui uma divisa natural no próprio processo de formação urbana. A região de Salto Grande, pertencente a “Campinas, uma vez que aquela foi pertencente à Comarca desta até o início do século XX” (Trevisan et al. 2019, p. 157), sob o domínio de Teixeira Vilela, tendo como configuração inicial uma área voltada às atividades agrícolas, a qual posteriormente daria origem ao bairro de Carioba, fundamental para o desenvolvimento da produção têxtil local, “é a partir das terras de Salto Grande que, no final do século XIX e mais fortemente no século XX, se instalam as fábricas de tecido Carioba” (Trevisan et al. 2019, p. 160).

Por sua vez, no lado vinculado a Santa Bárbara d’Oeste, território pertencente a Dona Margarida, desenvolveu-se uma pequena vila impulsionada, sobretudo, pela instalação das linhas férreas. Conforme registrado, “por volta do ano de 1873, a Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais (atual Companhia Paulista de Estradas de Ferro) resolveu estender suas linhas ferroviárias através desta região e criar uma estação próxima ao município de Santa Bárbara d’Oeste” (Bryan, 1967, p. 14), a fixação de trabalhadores, em especial, imigrantes

estadunidenses tornou possível a formação de um povoado pertencente a Santa Barbara d'Oeste, segundo Abilio Serra Bryan (1967, p. 18) “ainda por ser estação de Estrada de Ferro que servia ao município vizinho, teve garantido o seu desenvolvimento, como escoadouro dos produtos agrícolas daquela região para a capital e as diversas cidades do estado. Já por essa época, em virtude da proximidade dos norte-americanos, e do fato de os mesmos frequentarem o povoado, vindo alguns morar bem próximos ou no próprio povoado, este tornou-se conhecido pelo nome de Villa dos Americanos, embora o nome oficial fosse o de estação de Santa Bárbara”.

O nome do município corresponde ao período em que imigrantes estadunidenses, provenientes dos Estados Confederados e localmente denominados “americanos”, se estabeleceram na região. A utilização desse termo para designar tais imigrantes acabou por influenciar a denominação oficial do município, refletindo a presença e o impacto desse grupo no processo de formação da vila.

A imigração confederada tem sua origem após o fim da Guerra da Secessão, conflito que ocorreu entre os anos de 1861 e 1865 fruto da discordância entre os estados do sul, escravagista, e os estados do norte, abolicionistas. Com o fim da Guerra Civil Americana, outra denominação dada ao mesmo conflito, temendo as mudanças geradas pelas “novas regras raciais” e com a possível derrubada da supremacia branca nos Estados Unidos da América a população sulista confederada passa a buscar novos territórios com políticas escravagistas com objetivo de dar sequência ao seu estilo de vida baseada na distinção racial.

O Brasil já tinha um longo histórico de apoio aos estados confederados, desde relações comerciais, reconhecimento da independência dos estados confederados em 1861 e o incentivo a imigração de sulistas brancos com ofertas de terras a baixo custo como uma maneira de criar uma ordem social e embranquecer a população Brasileira.

Antes da guerra já se falava em emigração para o Brasil, mas pouco se sabia sobre esse país. Depois do final desastroso para o Sul, houve tal reavivamento da questão que diversas companhias de emigração chegaram a ser formadas. Emissários foram mandados ao Brasil para verificar terras, clima, e facilidades oferecidas pelo governo (Crivellari, 1971, p.19).

A chegada foi marcada por compras de terras, escravizados, a inserção do arado e de novas técnicas agrícolas.

Norris e seu filho, se acomodaram em terras às beiras do ribeirão Quilombo (1866). Havia algumas casas já velhas que os Norris ajeitaram para a família morar, quando viesse dali a um ano. Enquanto esperavam, compraram uma escrava para cuidar da casa e dois negros para trabalhar na roça. O arado que trouxeram causou tanta sensação e curiosidade que, em pouco tempo, tinham uma escola prática de

agricultura, com muitos alunos que lhes pagavam pelo privilégio de aprender e ainda de cultivar as suas roças (Crivellari, 1971, p.21)

Já a imigração italiana para o Brasil ocorre devido às crises na Itália e à sua unificação tardia, juntamente com a falta de mão de obra no Brasil, ocasionada pelas leis abolicionistas e, posteriormente, pelo fim da escravidão.

Em Americana, esses imigrantes chegam em 1870 com o intuito de trabalhar na Fazenda Salto Grande e, posteriormente, nas fábricas de tecidos. Segundo Ribeiro (2016, p. 3), “foi entre as décadas de 1880 e 1910 que houve a maior demanda de italianos para o território brasileiro. A maior parte dos italianos era de origem humilde, trabalhadores rurais”. Os italianos foram grandes responsáveis pelas instituições religiosas na cidade, desde a tradição de Santo Antônio de Pádua até a construção da primeira capela no território de Salto Grande, culminando na edificação da primeira igreja matriz no centro da cidade.

A presença dos imigrantes italianos está fortemente relacionada à ideia de “povo trabalhador”. Segundo Bryan (1967, p. 38), “os imigrantes italianos trouxeram para ela, filhos que eram do laborioso povo da península itálica, a férrea volúpia de progresso e o inesgotável exemplo de amor ao trabalho”.

A imigração alemã foi inferior às citadas acima; contudo, é destacada devido à importância da família Müller para a expansão têxtil do município, desde a revitalização das fábricas de Carioba após a compra da fábrica por Franz Müller. Segundo Ribeiro (2016, p. 7), “Comendador alemão chamado Franz Müller, que fica sabendo da venda da Fábrica de Tecidos Carioba, e associado com seu irmão Hermann Theodor Müller”, gerou grande influência no facciosismo têxtil após a decretação de falência.

Pouco se apresenta sobre a história dos imigrantes portugueses — neste caso, colonizadores. Sua presença em Americana se concentrou na região conhecida como Salto Grande, próxima à confluência dos rios Atibaia e Jaguari (que dá início ao rio Piracicaba), sendo registrada a partir dos proprietários da Fazenda Salto Grande.

Por fim, cabe ressaltar a influência histórica e social de dois dos grupos mencionados: os confederados e os italianos. A imigração confederada pode ser considerada “como o de maior sucesso relativo, dentre todos aqueles que vieram para o Brasil” (Aguiar, 2008, p. 11), visto que, mesmo após um século e meio da chegada dos imigrantes norte-americanos ao Brasil e, mais especificamente, aos municípios de Americana e Santa Bárbara d’Oeste, seus descendentes fazem questão de lembrá-los em festas típicas da região que apresentam a cultura confederada, mantendo o uso de símbolos e da bandeira, o que gera debates quanto à representação de supremacia branca e racista que esta pode apresentar.

Até o ano de 1998, o brasão da cidade de Americana fazia referência à bandeira confederada, que, devido às críticas de historiadores e de pessoas que questionavam a homenagem, foi retirada do brasão naquele ano. A presença dos confederados estadunidenses e dos avanços que trouxeram consigo é apresentada nos hinos dos municípios de Santa Bárbara d'Oeste, com uma breve citação ao arado, e de forma mais aprofundada no hino de Americana, que apresenta as seguintes frases:

“Muitos dos confederados
Que nos trouxeram
O trole, a melancia
O algodão e o arado.
E o progresso chegou” (Quirino, 1994).

Enquanto o município tenta, aos poucos, romper seus vínculos com os confederados, passa a exaltar a presença italiana, especialmente devido à forte influência católica. A primeira igreja construída foi a Matriz de Santo Antônio de Pádua, inaugurada em junho de 1897, com o apoio de imigrantes italianos que trouxeram de seu país natal uma imagem do santo. Com o crescimento da população, tornou-se necessária a construção de um templo maior, iniciada em 1950 e concluída apenas em 1977. Em 2014, a igreja foi elevada ao status de Basílica de Santo Antônio de Pádua.

Observar a construção histórica do município de Americana permite compreender os aspectos conservadores e religiosos que moldam a cidade como uma “cidade-armário”. Este termo utilizado “justamente, buscar manter supliciado, escondido, negado os corpos que resistem às normas impostas frente a sexualidade” (Moraes et al., 2021. p. 109), a expressão “Armário” faz parte das gírias e dialetos utilizados dentro e fora da comunidade LGBTQIAPN+ para designar o não conhecimento público sobre a sexualidade ou gênero de alguém que não está em conformidade com o padrão cis-heteronormativo, segundo Segdwick (2004, p.11) “o armário é a estrutura que melhor sintetiza a opressão gay deste século”, para Brow “O armário é um termo usado para descrever a negação, ocultação, apagamento ou ignorância das lésbicas e dos gays.” (Brow, 2000, p.1, tradução nossa)¹. Michael Brown (2000) apresenta a ideia de armário como uma metáfora a espaços de restrição de relações sociais como se esse ‘estar em algum lugar’ possibilitasse e restringisse determinadas práticas e relações sociais, buscando explorar o armário como manifestação espacial da homofobia e da heteronormatividade, algo que é reafirmado por Santos e Filho (2017, p.182) “A metáfora

¹ No original: “*The closet is a term used to describe the denial, concealment, erasure, or ignorance of lesbians and gay men*”.

do “armário trancado com cadeado” é pertinente nesse sentido, pois o desejo, impossibilitado de se expressar, é vivido como interioridade, como algo “preso”.”.

O termo cidade-armário compreende que a sexualidade e gênero são “uma representação que é vivenciada pelas performances dos sujeitos sociais que a experienciam através da vivência espacial cotidiana e concreta.” (Silva, 2008, p.6). Este território, uma vez que produzido em uma lógica de poder cis-heterossexual “constitui-se a cidade do interdito para LGBTs, ou como preferimos aqui nomear, a cidade se ergue enquanto uma cidade-armário” (Carvalho; Junior, 2017, p.106).

Segundo Rolnik (1988) além das experiências humanas, a cidade é também um registro, como uma materialização de sua própria história, logo a não presença de LGBTQIAPN+ nos espaços públicos e de vivência se constitui a partir das lógicas morais e tradições cristãs da cidade, oferecendo a esse público locais a margem e escondidos da vista dos demais cidadãos. O município de Americana não realiza a Parada LGBTQIAPN+, e os espaços de convivência destinados a essa população são, em sua maioria, classificados como “alternativos”. Tais espaços, voltados a um público mais jovem e identificado com valores considerados moralmente mais liberais, configuram-se como ambientes nos quais as chances de ocorrência de práticas LGBTfóbicas tendem a ser reduzidas, ainda que não eliminadas. Entre esses espaços, destaca-se o bar *Vibes Coffee Shop*. A cidade também conta com festas itinerantes promovidas pela Produtora Cremosa, que ocorrem tanto em Americana quanto nas cidades vizinhas, Santa Bárbara d’Oeste e Campinas.

O debate acerca dos direitos e necessidades da população LGBTQIAPN+ em Americana ainda se apresenta de forma limitada, sendo observado principalmente em eventos e palestras promovidos pela OAB São Paulo – Subseção Americana, como a palestra “*Reflexão, acolhimento e compromisso com os Direitos Humanos*”, realizada em 4 de julho de 2025, e o evento *Mês do Orgulho LGBTQIA+*, que contou com a palestra “*Direitos da População Trans – Conquistas e Lacunas*”, realizado em 9 de julho de 2024. Além disso, o tema tem sido abordado em debates políticos conduzidos, em grande parte, pela vereadora Professora Juliana, por meio de iniciativas como a Indicação nº 7468/2024, de 26 de junho de 2024, que objetivou a adesão do município ao Programa EquipaDH+ (Programa de Equipagem, Modernização da Infraestrutura e Apoio ao Funcionamento dos Órgãos, Entidades e Instâncias Colegiadas Atuantes na Promoção e Defesa dos Direitos Humanos), e a Indicação nº 782/2023, de 30 de janeiro de 2023, que requisitou a criação de um Conselho Municipal de Direitos da População LGBTQIA+.

O debate sobre a ausência de movimentos sociais voltados à população LGBTQIAPN+ também foi tema da reportagem “*Movimento LGBTQIA+ encontra dificuldades para se mobilizar em Americana e região*”, escrita por Gabriel Pitor e publicada em 28 de junho de 2025, no site do jornal *O Liberal*, na qual o autor afirma:

[...] No Dia Internacional do Orgulho LGBTQIA+, celebrado neste sábado (28), o movimento em Americana e região tem encontrado dificuldades por conta da ausência de coletivos, grupos e lideranças políticas.

Em números, a comunidade tem se tornado cada vez mais expressiva, mas a violência e o cumprimento de direitos, como acesso de transexuais a atendimento especializado na saúde pública, são alguns dos desafios (Pintor, 2025, s.p).

Esse contexto corrobora a imagem de Americana como uma cidade conservadora em seus costumes, marcada por fortes influências cristãs, sobretudo católicas, que, em decorrência disso, privilegia padrões sociais dominantes: homem, cisgênero, heterossexual, branco e cristão. Tal configuração pode ser observada desde a história oficial, que valoriza o imigrante estadunidense e europeu, ao mesmo tempo em que exclui as contribuições da população indígena e africana, bem como no cotidiano local. De acordo com Silva e Santos (2015), a cidade também pode ser compreendida a partir de suas relações concretas, pelas quais se movimentam os indivíduos em sua vida cotidiana. Americana, enquanto cidade do interior, aqui entendido como localidades de médio porte e de recursos econômicos limitados, caracteriza-se também pelo fato de suas relações cívicas frequentemente confundirem-se com as familiares (Feitosa; Silva; Zacarias, 2020).

Dessa forma, a cidade se projeta como um espaço da família, isto é, definindo os locais de trânsito de pessoas (espaços públicos) como “lugares de respeito” ou “lugares de família”, devendo, portanto, ser mantidos distantes de indivíduos que se desviam da norma sexual vigente (Carvalho; Junior, 2017). Americana pode configurar-se como uma “cidade interdita, uma cidade que nem todos podem acessar” (Carvalho; Junior, 2019, p. 160), especialmente para a população LGBTQIAPN+ por meio da ausência de políticas públicas urbanas, que evidencia a forma como a cidade se organiza em torno da heterossexualidade e da cisgeneridade, contribuindo para a invisibilização da presença e da participação de pessoas LGBTQIAPN+ em seu tecido social (Carvalho; Junior, 2019). Essa ausência, manifestada tanto na exclusão da vida política quanto na quantidade extremamente reduzida de espaços de convivência, configura-se como uma das principais motivações para a migração da população LGBTQIAPN+ de Americana em direção à cidade de São Paulo.

4.2. SÃO PAULO – METRÓPOLE, DIVERSIDADE, REDES DE APOIO E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A POPULAÇÃO LGBTQIAPN+

O início da formação da cidade de São Paulo remonta ao século XVI, tendo como marco histórico de sua fundação o dia 25 de janeiro de 1554, a cidade desponta como vila de 1560 a 1711. Sua origem foi marcada por uma “situação marginal em que se achava relegada à Capitania no período colonial” (Mota, 2003, p. 241) devido à sua posição geográfica distante, localizada no interior do território, em um planalto, oculto pela Serra do Mar e distante da produção de açúcar no litoral, principalmente na região nordeste. Segundo Mota (2003, p. 244) “desde o início da colonização, o governo português estimulou progressivamente a exploração de produtos agrícolas (açúcar, pau-brasil, fumo) ao longo do litoral”, o interior manteve-se atrelado a iniciativas privadas, este período foi “marcado pelas buscas de índios, escravos, ouro e diamantes pelos bandeirantes” (Souza, 2020, p. 359).

Entre os séculos XVII e XVIII, com o ciclo do ouro, a vila passa a ser uma fornecedora de víveres, tráfico de escravizados africanos e principalmente indígenas que “trabalhavam na roça, como empregados domésticos, ou eram levados para trabalhar nas minas de ouro eventualmente descobertas” (Mota, 2003, p. 246). A população de São Paulo era formada por portugueses, espanhóis, escravizados, em sua maioria indígenas, e também povos Tupi que também eram mão de obra em uma certa aculturação do trabalho.

Como era alto o preço dos escravos africanos, e houvesse necessidade de braços para o desmatamento, plantio e todos os outros serviços, inclusive caçar, pescar e guiar as expedições nas florestas, houve um trabalho de aculturação, reunindo-se o gentio em aldeias próximas. Dada a hostilidade de outras tribos, algumas aceitaram a proteção dos colonos brancos. No caso de São Paulo, muitos Tupi vieram instalar-se nas proximidades, misturando-se com eles e com índios escravizados (Mota, 2003, p. 247).

Essa relação entre povos também pode ser vista por meio da língua falada na vila, que formaria a futura metrópole, segundo Mota (2003) falava-se no Planalto, onde se localizava São Paulo de Piratininga, e na maior parte da Capitania de São Vicente a *língua geral*, uma mistura de português, tupi e a língua de Cervantes, a última devido presença intensa de espanhóis.

A partir do século XIX podemos observar fatores de crescimento, industrialização e urbanização, propiciados pelo acúmulo de capital ocorrido durante o ciclo do café “que propiciou a construção de estradas de ferro nas frentes de expansão dos investimentos” (Mota, 2003, p. 253). Essas ferrovias contribuíram com a ligação entre São Paulo e Santos possibilitando a organização e formação de diversas outras cidades e vilas nas proximidades

das estradas de ferro. A cidade de São Paulo desempenhava o papel de ponto de articulação comercial, articulando as áreas produtoras de café ao porto de Santos.

São Paulo era uma espécie de entreposto comercial, que mantinha contacto permanente com o porto de Santos e com a zona agrícola do interior, onde prosperava a lavoura canavieira e tinha início a expansão do café, no vale do Paraíba (De Matos, 1955, p. 99).

As estradas de ferro desempenharam um papel imprescindível não apenas no escoamento da produção agrícola, especialmente do café, mas também na difusão do padrão de vida urbano para além da capital. Como afirma Carlos Guilherme Mota:

O fenômeno das estradas de ferro foi sem dúvida o mais importante, do ponto de vista da irradiação de um certo padrão de vida urbana, de capitalização e de articulação do resto da Província com São Paulo e com os principais centros mundiais. Dele participaram capitais internacionais, mão-de-obra nacional e de imigrantes, além de iniciativas das lideranças locais (Mota, 2003, p. 254).

Ao integrar diferentes localidades da província, esses novos meios de transporte possibilitaram maior circulação de pessoas, mercadorias, ideias e práticas culturais, favorecendo a modernização dos espaços e a incorporação de hábitos urbanos em outras vilas e cidades. Esse fator de modernização também ocorreu na própria estrutura da própria cidade de São Paulo. Como apresenta Souza:

No ano de 1880 entrou em vigor o Código de Posturas, documento esse que reunia diversos padrões urbanísticos que deveriam ser seguidos na cidade de São Paulo. As regras estabelecidas visavam disciplinar, de alguma forma, o crescimento da cidade que, a partir de então, tornou-se cada vez mais acelerado (Souza, 2020, p. 367).

A imigração europeia também é um fator de grande influência na formação de São Paulo, que ocorre, segundo Rolnik (1989, p. 5) “quando perceberam a inevitabilidade do processo abolicionista, os fazendeiros empresários do café paulista começaram a pensar na substituição da mão-de-obra” esse fluxo de mão de obra europeia para as fazendas de café no Brasil tem como princípio, segundo Beiguelman (1968) já em 1840, O senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro introduziu cerca de 90 colonos provenientes da Alemanha e da Suíça, estabelecendo-os como força de trabalho na Fazenda Ibicaba, localizada na área que hoje corresponde ao município de Limeira, sob o regime de colonato. Após a abolição da escravidão a necessidade de trabalhadores aumentou juntamente com uma possibilidade de embranquecimento da população, Hofbauer (2007) aponta que, em um período de menos de 25 anos (1890 a 1914), chegaram ao Brasil cerca de 2,5 milhões de europeus, dos quais quase um milhão teve suas passagens de navio financiadas pelo Estado. Esse processo estava associado à ideologia do branqueamento, que se fundamentava na crença de que seria possível

transformar a população negra, considerada como “raça inferior”, em uma população mestiça cada vez mais branca, aproximando-a do ideal de “raça superior”, como afirma Rolnik:

De forma mais ou menos intensa, as duas cidades viveram, na virada do século, uma transformação profunda que repercutiu, em um primeiro momento, no crescimento populacional e no aumento da densidade demográfica, mas que significou, também, um embranquecimento e uma intensa redefinição territorial (Rolnik, 1989, p.6).

Foi somente a partir “do século XIX que o número de estrangeiros começou a avolumar-se: eram franceses, ingleses, alemães” (De Matos, 1955, p. 95). Além de imigrantes europeus a população de São Paulo foi formada sob a influência de imigrantes sírios, russos, japoneses, turcos, escandinavos, libaneses, armênios, sírios, entre outros povos. (Souza, 2020). A chegada de estrangeiros na cidade de São Paulo foi um dos fatores que impulsionaram o desenvolvimento da cidade, visto que esses já tinham conhecimentos sobre diferentes ofícios e predisposição para o comércio.

As estradas de ferro, o intenso fluxo de imigrantes e a modernização urbana constituíram fatores determinantes para a consolidação de São Paulo enquanto metrópole. De acordo com Souza (2020), em 1886 a cidade contava com 47.697 habitantes; em 1890, esse número havia crescido para 64.934, alcançando 239.820 em 1900. Atualmente o município registra 11.451.999 habitantes, configurando-se como a maior cidade do Brasil (IBGE, 2020), sua importância no cenário nacional dá a São Paulo o título de metrópole, juntamente com esse crescimento urbano podemos observar alterações do uso dos lugares e no modo de vida da população, como apresenta Carlos (2007, p.17) “é assim que o processo de reprodução do espaço da metrópole se realiza através de uma nova ordem que vai redefinindo os modos de uso dos lugares da metrópole e, como consequência, redefinindo um novo modo de vida”.

A cidade de São Paulo é frequentemente considerada como referência nos assuntos relacionados a diversidade cultural e sexual, possuindo casas de acolhimento a população LGBTQIAPN+ em situação vulnerável, iniciativas públicas e privadas de apoio a essa comunidade, uma coordenadoria de assuntos LGBTQIAPN+ relacionado a Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania, ações de combate a homofobia em seu Plano Diretor, e a maior parada LGBTQIAPN+ do mundo (Leite; Zanetti; Toniolo, 2021).

Determinadas áreas da cidade podem ser compreendidas como territórios de afirmação identitária e sociocultural para a população LGBT+ “sobretudo, o bairro da República e da região do Baixo Augusta, circunscrito ao bairro da Consolação” (Leite; Zanetti; Toniolo, 2021, p.130). Esse espaços funcionam como locais de vivência para aqueles que fogem da lógica da heterossexual e cisgenero, possibilitando áreas seguras para as vivências dessa

determinada população, essa ocupação se inicia “em meados da década de 1950, o bairro da República se constituía em território da população LGBT.” (Leite; Zanetti; Toniolo, 2020, p.101).

Além dos espaços produzidos pelas modificações territoriais promovidas por grupos LGBTQIAPN+, observa-se que o mercado estabelece uma relação significativa entre consumo e militância, Leite, Zanetti e Toniolo (2020) compreende que a relação entre o mercado e a população LGBTQIAPN+ é frequentemente mediada pelo poder de consumo que esse grupo representa. Nessa perspectiva, marcas comerciais tendem a incorporar discursos de diversidade como estratégia de visibilidade e atração desse público. Contudo, essa forma de exposição deve ser analisada com cautela, pois se insere em uma lógica capitalista, na qual a diversidade é mobilizada como recurso econômico. Ainda assim essas marcas comerciais contribuem para a manifestação da diversidade e visibilidade positiva desses indivíduos, essa legitimação social configura-se como um dos principais impulsos para a visibilidade dessa população. Como apresentar Leite, Zanetti e Toniolo:

O mercado se estabeleceu como um dos propulsores da visibilidade positiva dessa população; não somente na região central de São Paulo, mas em outras áreas, sobretudo, de alto poder aquisitivo. Tal visibilidade atribuída aos LGBTs, pelo seu poder de consumo alinhados com o discurso da militância se, por um lado, fortificou a relação do espaço, por outro, não acabou com o estigma e a discriminação (Leite; Zanetti; Toniolo, 2020, p.102).

Silva e Santos (2015) mencionam o estudo de mercado “Gay and Lesbian Market Study”, realizado por instituições comerciais estadunidenses, que buscou compreender as tendências de consumo da população LGBTQIAPN+. O estudo revela que essa população apresenta média salarial elevada, em sua maioria não possuía filhos, possuía, em geral, bom nível de escolaridade e mantinha um padrão de consumo elevado, especialmente direcionado para o setor de entretenimento. As autoras afirmam ainda que, quando o mercado econômico identificou esse perfil, locais antes marginalizados por serem frequentados por pessoas LGBTQIAPN+ passaram a ser incorporados a essa lógica de consumo. Assim, bares, restaurantes, academias e cafés voltados para esse público, que dispunha de recursos para frequentar tais espaços privados, foram ressignificados, passando a atender sujeitos que não se conformam aos padrões normativos de gênero e sexualidade estabelecidos socialmente. Foi esse mercado que, ao incorporar pautas LGBTQIAPN+ com o objetivo de obter lucro, acabou por ser um propagador dos temas e identidades contribuindo para impulsionar a cidade de São Paulo como área aberta à população LGBTQIAPN+.

Podemos compreender São Paulo enquanto “Cidade Queer”, segundo Dianne Chisholm:

A cidade queer é uma cidade de locais queer — edifícios, ruas, bairros e vizinhanças que têm uma história de ocupação gay e/ou lésbica e que os historiadores citam a partir de arquivos da cidade e fontes ainda não arquivadas. Onde a presença pública queer pode ser mostrada como subversivamente onipresente e geralmente galvanizante, a própria cidade é descrita como queer (Chisholm, 2005. p. 10, tradução nossa).²

São Paulo apresenta-se como um espaço de acolhimento à diversidade, especialmente em relação à população LGBTQIAPN+. O centro histórico, a região da Avenida Augusta, em particular o Baixo Augusta, e o bairro da República são reconhecidos como territórios de afirmação de identidades de gênero e sexualidades. Contudo, é importante salientar que as experiências da população LGBTQIAPN+ variam de acordo com a forma como esses sujeitos vivenciam tais “territórios permitidos”. Nesse sentido, a região do centro histórico e o bairro da República configuram-se como locais que “operam como o ‘submundo’, próximo à marginalidade, ‘onde as gays se escondem’” (Leite; Zanetti; Toniolo, 2020, p. 107). Em contraste, o Baixo Augusta “se desenvolve como ‘um point novo’, menos associado ao território tradicional do antigo centro, mas como parte do mercado GLS ou LGBT” (Leite; Zanetti; Toniolo, 2020, p. 107).

São Paulo, enquanto maior metrópole nacional e cidade mais populosa do Brasil que, como vimos, possui mais de 11 milhões de habitantes e uma densidade demográfica de 7.528,26 hab./km², segundo dados do Censo Demográfico de 2022 (Censo Demográfico, IBGE, 2022), possibilita à população LGBTQIAPN+ o exercício do anonimato. Em contrapartida, nas cidades de pequeno e médio porte do interior do estado:

[...] privado e público perdem suas barreiras: o que é considerado de ordem pública adentra ao espaço privado, de forma que relações familiares acabam exercendo sobre os sujeitos os mesmos tipos de controle e regulação de determinadas normas sociais/sexuais operantes nos espaços públicos (Dos Santos; Teixeira Filho, 2014, p.190).

O contingente populacional de São Paulo permite que pessoas LGBTQIAPN+ passem despercebidas em meio à correria cotidiana. A distinção entre vida pública e privada torna-se mais evidente, uma vez que a multidão e o ritmo acelerado da cidade possibilitam que esses indivíduos transitem sem serem notados, contribuindo, assim, para a difusão dos preconceitos.

²No original: Queer city is a city of queer sites— buildings, streets, quarters, and neighborhoods that have a history of gay and/or lesbian occupation and that historians cite from city archives and sources not yet archived. Where queer public presence can be shown to be subversively ubiquitous and generally galvanizing, the city itself is described as queer.

[...] as cidades – e em especial as grandes cidades e metrópoles - são espaços onde a "homofobia" e "heterossexismo " se faz sentir de um modo mais difuso do que comparativamente com os espaços rurais. Assim as comunidades rurais são culturalmente mais homogêneas que as comunidades urbanas, estão menos expostas a diferentes estilos de vida, sendo os residentes rurais são menos tolerantes à diversidade e mais conservadores das tradições vigentes, reprodutoras do preconceito e da desigualdade (VIEIRA, 2011, p.10).

Dessa forma, a busca por locais de aceitação, a possibilidade de experiências vivenciais, a construção de redes de apoio, a presença de políticas públicas, a possibilidade do anonimato e a atenuação das discriminações fazem com que São Paulo seja percebida como uma “cidade queer”, na qual não apenas se concentra a diversidade, mas também se configuram espaços de experiências, vivências e lutas da população LGBTQIAPN+. Nesse mesmo sentido, a cidade de São Paulo é compreendida como um polo de atração para a migração da população LGBTQIAPN+ oriunda do interior, como discutido neste trabalho no caso específico da população de Americana que se desloca para a metrópole.

5. ENTREVISTAS: MIGRAÇÃO DA POPULAÇÃO LGBTQIAPN+ DE AMERICANA PARA SÃO PAULO - MOTIVOS, CAUSAS E JUSTIFICATIVAS

Com intuito de aprofundar a compreensão acerca dos motivos, causas e justificativas para o deslocamento da população LGBTQIAPN+ da cidade de Americana para São Paulo realizou-se um conjunto de entrevistas semi-estruturadas acerca das vivências e experiências vivenciadas pelos sujeitos pertencentes a minorias de gênero e sexualidade. Essa etapa da investigação buscou captar percepções, narrativas e práticas cotidianas, trazendo elementos que não poderiam ser plenamente obtidos apenas por meio de dados documentais ou estatísticos.

A presente pesquisa realizou entrevistas com oito participantes LGBTQIAPN+ que nasceram ou residiram grande parte de suas vidas na cidade de Americana, interior do estado de São Paulo, e que posteriormente migraram para a capital paulista. Entre os entrevistados, encontram-se seis mulheres e dois homens, todos cisgêneros. A ausência de pessoas travestis ou transexuais ocorreu devido a incompatibilidades de agenda com as pessoas indicadas. Quanto às orientações sexuais, participaram três lésbicas, duas bissexuais, dois gays e uma pessoa pansexual. A seleção buscou contemplar diferentes faixas etárias, que variaram entre 21 e 44 anos. Para preservar o anonimato, os depoimentos serão identificados nesta pesquisa em referências e citações por meio de sua identidade de gênero, idade e sexualidade. Deste modo o quadro abaixo permite diferenciar as falas e contextualizá-las de forma mais clara:

Quadro 1 - Pessoas entrevistadas no período entre agosto e setembro de 2025

Ordem	Identificação na pesquisa	Ocupação	Bairro que reside em São Paulo	Identidade de gênero	Duração
1	Homem, 31 anos, gay.	Ator e gestor de projetos.	Vila Monte Alegre.	Homem Cisgênero.	1:20:22
2	Mulher, 28 anos, lésbica.	Analista de dados.	Vila Buarque.	Mulher Cisgênero.	34:11
3	Mulher, 29 anos, lésbica.	Analista de recursos humanos.	Vila Mariana.	Mulher Cisgênero.	20:57
4	Mulher, 24 anos, bissexual.	Bancária.	Vila Mariana.	Mulher Cisgênero.	32:46
5	Mulher, 27, lésbica.	Operadora de logística.	Bela Vista.	Mulher Cisgênero.	17:32

6	Mulher, 39 anos, lésbica.	Coordenadora de e-commerce.	Bela Vista.	Mulher Cisgênero.	21:11
7	Homem, 22 anos, gay.	Professor de inglês.	Consolação.	Homem Cisgênero.	24:33
8	Mulher, 25 anos, pansexual.	Estudante.	Pompéia.	Mulher Cisgênero.	20:44

Elaborado por Isabela Maria Sérgio Beraldo, 2025.

Os relatos dos entrevistados serão apresentados neste trabalho a partir de eixos temáticos, estruturados com base nas questões propostas durante as entrevistas, com o objetivo de possibilitar uma análise coletiva dos conteúdos, de modo a facilitar a interpretação das vivências em suas dimensões individuais e coletivas, sendo eles:

- Por que você decidiu mudar de Americana para São Paulo?
- Quão importante foi a presença de uma comunidade LGBTQIAPN+ ativa na sua decisão de migrar para a cidade de São Paulo?
- Você enfrentou alguma forma de discriminação ou preconceito em Americana – SP?
- Você enfrentou alguma forma de discriminação ou preconceito em São Paulo?
- Quais desafios você encontrou ao se adaptar à São Paulo durante o início do processo de migração?
- Qual é a importância dos espaços de convivência e encontro para a comunidade LGBTQIAPN+ para você enquanto pessoa LGBTQIAPN+ em São Paulo?
- Você conhece algum espaço de convivência e encontro para a comunidade LGBTQIAPN+ em Americana – SP? Se sim quais?
- Futuramente você gostaria de voltar a morar em Americana? Por quê?

5.1 POR QUAIS MOTIVOS VOCÊ DECIDIU MUDAR DE AMERICANA PARA SÃO PAULO?

Homem, 31 anos, gay, explica que foram uma série de fatores que fizeram se mudar de Americana para São Paulo sendo “A primeira delas é oportunidade. Então eu trabalhava num lugar que era uma multinacional e que tinha uma sede em São Paulo” o entrevistado acrescenta que isso facilitou seu deslocamento, mas que, em 2016 alguns fatos ocorreram que

o abalou profundamente primeiramente ele faz referência ao caso de homicídio de Igor Luís Colli³:

Não sei se você se lembra, mas houve um rapaz que foi morto, que se chamava Igor Colli [...] Igor Colli é um amigo meu, foi um caso horroroso, ele era um menino gracioso, tinha um irmão gêmeo. Ele marcou um date no grinder. E ele foi, quando chegou lá o rapaz pega e bate nele até ele morrer, joga um monte de folhas em cima do corpo dele e só não bota fogo porque não tinha isqueiro. Eu me lembro que isso me deixou num nível de estresse absurdo (Homem, 31 anos, gay, entrevista, 2025).

Além de Igor, o entrevistado também passou por outra perda, de sua ex que se tornou amiga: Melina Melão, ele explica que conheceu Melina antes da transição, quando estudavam juntos na Etec Polivalente de Americana, esse ciclo de violência chega ao ápice para Homem, 31 anos, gay, quando um casal hetero é morto no réveillon, um deles Stela Silvestre Torquete⁴ também era amiga do entrevistado.

Melina Melão é minha ex, conheci Melina Melão no Polivalente quando Melina ainda era chamada pelo nome morto. E quando Melina se mata, eu já comecei a ficar mais balançado. E aí veio o caso na virada do ano da Stela Torquete, que também era minha amiga. E eu falei, eu preciso ir embora desse lugar. Preciso ir embora. Não aguento mais isso (Homem, 31 anos, gay, entrevista, 2025).

Homem, 31 anos, gay, complementa sua resposta ao expor sua percepção sobre a cidade de Americana, ressaltando especialmente a violência ocorrida em 2016, a qual motivou sua migração para São Paulo, cidade que lhe ofereceu um ambiente de pertencimento e condições favoráveis ao desenvolvimento do autoconhecimento.

E a Americana, historicamente, é um feudo. É um feudo violento. Um lugar onde a cidade vizinha dava uma festa confederada. Eu falei, eu preciso ir embora desse lugar porque está ficando um risco de vida ficar aqui. Eu com vinte e tantos anos, eu achava que já estava preparado para conhecer o mundo e não estava, mas fui. E eu não me arrependo nunca, eu adoro São Paulo, acho que São Paulo é um lugar incrível, foi o lugar que permitiu que eu começasse a fazer arte quando eu achava que isso era impossível. Mas sair de Americana foi por causa da oportunidade, dinheiro e violência. A violência é um motor muito grande (Homem, 31 anos, gay, entrevista, 2025).

Mulher, 28 anos, lésbica, quando questionada sobre os motivos que levaram ela a ir morar em São Paulo explicou que passou 2 anos em intercâmbio nos Estados Unidos e ao retornar para o Brasil buscou analisar uma série de fatores:

³ “Jovem de 22 anos encontrado morto será sepultado em Americana (SP)”. G1 – Campinas e Região, 23 maio 2016. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2016/05/jovem-de-22-anos-encontrado-morto-sera-sepultado-em-americana-sp.html>> . Acesso em: 5 out. 2025.

⁴ “Rastro de sangue ajudou polícia a achar suspeito de assassinar casal”. G1 – Campinas e Região, jan. 2016. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2016/01/rastro-de-sangue-ajudou-policia-achar-suspeito-de-assassinar-casal.html>> . Acesso em: 5 out. 2025.

A primeira delas é oportunidades econômicas: Então, acho que quando a gente pensa em profissão de forma geral, eu encontrei muito mais oportunidades em São Paulo versus no interior. Eu também estava passando por uma transição de carreira, então acho que era um momento muito importante pra mim ter muitas oportunidades ali pensando nessa transição. O Segundo fator é o contato com a comunidade LGBT: Porque existe uma quantidade maior de pessoas que você vai ter esse acesso, não só isso, mas espaços e eventos também. Por exemplo, essa semana existem diversos eventos em relação à visibilidade lésbica e aí vai ter show. Existem eventos pra falar sobre isso, então acho que isso é um ponto muito importante também.

Terceiro ponto, e eu acho que é muito relacionado com o segundo, não só em relação a eventos, mas você sentir que você tem espaços em que você possa ter a sua comunidade ali. Então, não necessariamente eu visito apenas locais lésbicos, mas eu visito espaços que são muito abertos à comunidade por LGBT. Então, acho que isso é muito importante pra mim. Eu acho que esses são os três principais fatores: carreira, acesso e senso de comunidade (Mulher, 28 anos, lésbica, entrevista, 2025).

Mulher, 29 anos, lésbica e Mulher, 24 anos, bissexual, em relacionamento desde 2023, relataram que a mudança para São Paulo constituiu uma decisão conjunta, motivada, em primeiro lugar, pela demissão de Mulher, 29 anos, lésbica, ocorrida poucas semanas após ela ter levado a companheira a um evento da empresa, embora não haja comprovação de que esse tenha sido o motivo da demissão, tratando-se apenas de uma percepção das entrevistadas. Tal demissão atuou como catalisador para a mudança, associando-se ao desejo de buscar um ambiente mais acolhedor. Portanto quando dialogam sobre onde iriam fixar residência ambas objetivaram “espaços em que pudessem viver sua afetividade com menor incidência de julgamentos” (Mulher, 24 anos, bissexual, 2025). Mulher, 29 anos, lésbica aprofunda a explicação afirmando que:

A demissão foi um baque para mim, sempre escutei comentários homofóbicos velados e escondidos em tom de brincadeira, mas quando após 2 semanas de termos ido juntas ao happy hour minha chefe me chamou e me demitiu alegando reestruturação da empresa, algo quebrou dentro de mim. E chamei ela para conversar sobre nosso futuro e sobre onde gostaríamos de construir nosso lar, e lar não apenas na ideia de moradia, mas sim no sentido de se sentir seguro em um lugar. Passamos a analisar lugares que, além de oferecer oportunidades de emprego para ambas, nos permitisse viver nosso relacionamento sem precisar nos regular em público. A cidade de São Paulo é acostumada à diversidade, se estou com homem ou mulher não importa e isso me permite poder falar sobre nossa relação e apresentá-la como minha esposa sem enfrentar olhares tortos, comentários preconceituosos ou o risco de uma demissão futura (Mulher, 29 anos, lésbica, entrevista, 2025).

Mulher, 24 anos, bissexual complementa, afirmando que as questões econômicas não influenciaram significativamente suas escolhas.

Eu, como bancária, poderia solicitar transferência caso houvesse vaga, e ela, como analista de RH, não teria dificuldades para encontrar emprego já que é uma área que está em crescimento atualmente. Por isso, na escolha de onde construir nossa vida, priorizamos sobretudo a liberdade para viver nosso amor. Inicialmente tivemos

dúvidas entre Campinas e São Paulo, mas as oportunidades são maiores na capital (Mulher, 24 anos, bissexual, entrevista, 2025)

Mulher, 27 anos, lésbica e Mulher, 39 anos, lésbica também são um casal, juntas desde 2018, oficializando a união estável em 2024, Mulher, 39 anos, lésbica relata que a principal motivação foi a oferta de emprego em São Paulo “Trabalho com e-commerce e na capital existem mais oportunidades e possibilidades dentro do meu campo” (Mulher, 39 anos, lésbica, 2025). Já Mulher, 28, lésbica afirma que:

Minha relação familiar sempre foi complexa quando se trata da minha orientação sexual e pensar em morar em São Paulo foi também idealizar um local com mais diversidade, sempre vamos para a Parada e vendo todas aquelas pessoas reunidas, livres para serem quem são, sinto uma mistura de alegria e alívio. Em Americana, muitas vezes era preciso medir gestos, evitar demonstrações de afeto em público, pensar duas vezes antes de dar as mãos. Aqui, em São Paulo, mesmo com todos os desafios, existe um sentimento maior de pertencimento (Mulher, 27 anos, lésbica, entrevista, 2025).

Para Homem, 22 anos, gay, a ida para São Paulo foi uma busca por liberdade: liberdade de ser, de existir sem precisar se justificar.

Meu motivo foi, principalmente, a busca por aceitação, tanto minha quanto das pessoas ao meu redor. Tenho uma expressão de gênero considerada mais feminina, e é comum perceber olhares estranhos e comentários silenciosos quando estou por perto ou passo por algum lugar. Em determinado momento, comecei a tentar me esconder: usava roupas mais masculinas, controlava meus gestos e acabei ficando ansioso com tudo. Foi então que um amigo que mora em São Paulo me convidou para passar uns dias; aproveitei para procurar emprego e acabei ficando por aqui. Tenho a impressão de que, na capital, existem tantas diferenças de estilos e expressões que passo despercebido, e isso me traz um sentimento de alívio (Homem, 22 anos, gay, entrevista, 2025).

Mulher, 25 anos, pansexual, explica que a ida para São Paulo foi devido a graduação “Minha vinda para São Paulo aconteceu por causa da faculdade. Consegui uma bolsa para fazer faculdade em SP e, felizmente, contei com o apoio da minha família para morar aqui.” (Mulher, 25 anos, pansexual, 2025). A entrevistada destaca que o distanciamento do interior e da família lhe proporcionou uma sensação de liberdade, permitindo-lhe vivenciar de forma mais autônoma sua sexualidade.

Observa-se que as experiências relatadas compartilham elementos comuns, sobretudo no que se refere ao fator econômico. São Paulo se destaca por oferecer um volume mais expressivo de oportunidades de emprego em comparação a Americana, sendo reconhecida como o principal centro econômico e financeiro do país. A cidade abriga sedes de grandes empresas nacionais e multinacionais, além de concentrar elevado contingente de mão de obra e consumidores. “A existência de um mercado de trabalho diverso, com possibilidade de bons empregos, sem indicações interpessoais ou políticas que acontecem no interior, com carreiras

promissoras, boas oportunidades para construir o futuro, atraem o público interiorano” (Feitosa; Silva; Zacarias, 2020, p.316 e 317).

O fator oportunidade se constitui uma base inicial que possibilita o deslocamento dessas pessoas de Americana para São Paulo, entretanto os entrevistados apontam que as experiências de violência e as diversas formas de repressão sexual, vividas tanto de maneira interna quanto externa, constituíram fatores decisivos para a saída do interior. Feitosa, Silva e Zacarias (2020) entendem que esse fato representa um conjunto de desafios. Assim,

Esse conjunto de desafios, à liberdade e à privacidade, promovem o desejo de mudança para as capitais. É comum que gays queiram migrar dos seus interiores para grandes centros, que também possuem seus problemas específicos [...] Só que essa mudança para a capital permite uma vivência mais plena da sexualidade em face justamente dessa impessoalidade que existe nesses territórios (Feitosa; Silva; Zacarias, 2020, p. 316).

A vivência da sexualidade no interior é marcada pela religiosidade e conservadorismo, a necessidade de se manter no armário e as violências sofridas também são fortes agentes de transformação que vão “além dos aspectos culturais, sociais e políticos da sexualidade, as dimensões de desenvolvimento social e econômico também pesam desfavoravelmente contra o interior e também afetam a população gay” (Feitosa; Silva; Zacarias, 2020, p.316).

5.2 QUÃO IMPORTANTE FOI A PRESENÇA DE UMA COMUNIDADE LGBTQIAPN+ ATIVA NA SUA DECISÃO DE MIGRAR PARA A CIDADE DE SÃO PAULO?

Homem, 31 anos, gay, começa seu relato apresentando um pouco de Americana nos anos anteriores a sua migração:

Americana, uns anos atrás, teve um grupo muito interessante, que se chamava Diversificando. E que tinha a ideia de promover a cidadania e fazer a Parada Gay de Americana, eu era parte deles, fracassamos como todos os burocratas fracassam, mas aquilo era importante porque gerava um sentido de pertencimento (Homem, 31 anos, gay, entrevista, 2025).

Homem, 31 anos, gay, complementa relatando suas experiências e ressaltando a importância de observar a presença significativa da comunidade LGBTQIAPN+, bem como de compreender como essa diversidade se manifesta na espacialidade do território metropolitano:

Mas São Paulo tinha duas coisas que me encantavam. A primeira era que tinha muita gente, então, provavelmente, ninguém ligaria de mim. E veja, eu digo isso sendo uma pessoa agora que usa brinco, usa concha, mas na época não, eu usava polo e

gola V. E ainda assim havia um medo de ser reconhecido e hostilizado, então você ter pessoas que são iguais a você é muito importante.

São Paulo tem vários pequenos guetos de diversidade. São Paulo tem vários problemas. Você tem uma cidade real e você tem a cidade que não existe, que não chega à cidadania, mas eu nunca fui parte dessa cidade. Eu sempre morei na Zona Sul, no auge do meu privilégio. Lá é muito fácil ser gay. Então ter essa possibilidade foi fundamental. Conhecer uma vida noturna que tivesse pessoas iguais a mim foi fundamental. Campinas, nessa época, tinha bastante coisa, mas não era igual. Não era a mesma coisa. São Paulo pulsava, chamava (Homem, 31 anos, gay, entrevista, 2025).

Conforme o relato de Mulher, 28 anos, lésbica, a relação com a comunidade LGBTQIAPN+ não se restringe à convivência cotidiana, mas se expressa também por meio da participação ativa em espaços políticos e sociais:

Não só em relação à comunidade em si, mas até em relação a pontos de política né! Então, é muito mais fácil você participar em São Paulo de eventos que tragam uma importância em relação a isso. Eu por exemplo, eu moro muito próximo da Casa 1, e a Casa 1 é uma ONG super legal que trabalha com a população, tem diversas oficinas, inclusive vai ter esse show. Então, a acessibilidade que eu tenho não só à população, mas também a ações sociais voltadas ao público da nossa comunidade é muito importante (Mulher, 28 anos, lésbica, entrevista, 2025).

Mulher, 29 anos, lésbica apresenta uma visão dessa importância por meio da comparação entre os lugares, afirmando que essa diversidade gera uma sensação de pertencimento e liberdade:

São Paulo tem diversos locais voltados para convivência da população LGBTQIAPN+, a Rua Augusta, os lugares perto da Praça da República, a Casa 1, o Museu da Diversidade Sexual, isso foi algo que me gerou um choque inicial, estávamos acostumadas a ter 1 no máximo 2 lugares, que nem eram realmente LGBT, mas que eram mais alternativos tipo o Dolores e o Vibes, já aqui não temos tantos lugares, tantas pessoas e essa diversidade alivia um pouco o peso de ser diferente, porque aqui sou só mais uma (Mulher, 29 anos, lésbica, entrevista, 2025).

Mulher, 24 anos, bissexual, enfatiza as relações interpessoais do cotidiano e destaca como elas foram importantes para a decisão de morar em São Paulo.

Acho que Americana sempre tínhamos um certo receio nas relações interpessoais, principalmente porque nós sabemos que o número de pessoas conservadoras é bem grande, a gente viu a diferença da quantidade de votos em 2022, enfim isso gerava um certo cuidado em como se portar, o que mostrar da própria vida, será que essa pessoa vai ser tranquila. Já em São Paulo, e não digo que não existam conservadores em São Paulo, mas que principalmente nos locais em que frequentamos podemos observar mais pessoas como nós, casais de mãos dadas, a troca de afeto, isso faz uma grande diferença (Mulher, 24 anos, bissexual, entrevista, 2025).

Mulher, 27 anos, lésbica e Mulher, 39 anos, lésbica explicam que a presença de uma comunidade LGBTQIAPN+ não foi um fator central na decisão de migrar para São Paulo, mas que, com o passar do tempo, ao viverem na metrópole, esse aspecto passou a adquirir uma importância que não imaginavam anteriormente.

Sendo sincera não pensamos sobre a presença de LGBT's quando decidimos ir para São Paulo, como disse antes isso se deu principalmente por causa do meu trabalho, Americana não tem tantas oportunidades e as que têm normalmente o salário não é muito bom, mas morando em São Paulo pude perceber a importância que essa presença tem no nosso dia a dia (Mulher, 39 anos, lésbica, entrevista, 2025).

Mulher, 27 anos, lésbica completa que:

É interessante poder chegar a um lugar de mãos dadas com ela e não virar um espetáculo. Os eventos e espaços de lazer também são importantes, a gente não vive só de trabalho, e a cidade oferece várias opções, que vão desde baladas e bares até caminhadas e passeios de bicicleta. Isso ajuda a aproximar as pessoas (Mulher, 27 anos, lésbica, entrevista, 2025).

Para Homem, 22 anos, gay a presença da comunidade LGBTQIAPN+ foi o principal motor para sua migração, principalmente pela presença de pessoas já conhecidas:

Eu vim para São Paulo com um convite de um amigo e o que me fez permanecer foi exatamente essa família que escolhi e que me escolheu, entender que tinha um lugar onde não precisava ficar me retraindo o tempo inteiro, ter uma rede real de apoio foi minha e é minha motivação (Homem, 22 anos, gay, entrevista, 2025).

A migração de Mulher, 25 anos, pansexual para São Paulo foi motivada por uma formação específica, conforme apresentado anteriormente. Assim, a existência ou não de uma comunidade LGBTQIAPN+ não foi um elemento determinante na decisão de migrar. Entretanto, a entrevistada destaca a relevância do acolhimento recebido por essa comunidade após sua chegada à cidade:

Eu estava vindo de uma cidade do interior, com outra realidade, recém feito 18 anos, não sabia quase nada, nem da cidade e nem de mim mesma, fui descobrindo tudo aos poucos por estar em São Paulo e os amigos LGBT que fiz formaram uma segunda família, foram meu suporte durante dias difíceis e me ajudaram a entender minha sexualidade com mais naturalidade (Mulher, 25 anos, pansexual, entrevista, 2025).

A presença de uma comunidade LGBTQIAPN+ ativa em São Paulo promove um sentimento de pertencimento entre indivíduos LGBTQIAPN+ oriundos do interior, onde, embora “à ideia de “comunidade”, uma vez que essa ideia é muito vívida no interior.” (Feitosa; Silva; Zacarias, 2020, p. 315), este se manifesta, muitas vezes, de forma excludente, violenta e discriminatória em relação àqueles que não se adequam às normas sociais preestabelecidas.

Embora “comunidade” seja um conceito que remeta à ideia de proteção, de identificação, de agrupamento, de colaboração mútua entre pares de uma mesma localidade, é também território de violência contra gays. Porque na comunidade é normal que as pessoas se conheçam e muitas vezes não haja respeito a privacidade. E a sexualidade é uma dimensão relevante da privacidade. Há relatos de gays de que

nas suas comunidades há “fofocas” sobre suas vidas íntimas (Feitosa; Silva; Zacarias, 2020, p.315).

Locais que deveriam representar proteção podem ser altamente excludente para pessoas LGBTQIAPN+, principalmente em cidades do interior, como Americana, que tem bases cristãs e conservadoras, segundo Feitosa, Silva e Zacarias (2020) nesses locais tanto na família, quanto na escola, a homofobia opera de maneira intensa, são espaços de violências tanto físicas, quanto psicológicas, e é “esse conjunto de desafios, à liberdade e à privacidade, promovem o desejo de mudança para as capitais” (Feitosa; Silva; Zacarias, 2020, p.316).

Nesse contexto, a presença de uma comunidade LGBTQIAPN+ atuante, tanto nas vivências sociais quanto na esfera política, configura-se como um importante fator de atração para essa população. No que se refere à esfera política, observa-se que, nas cidades do interior paulista, os cargos públicos são majoritariamente ocupados por homens cisgêneros, heterossexuais, brancos e pertencentes a famílias que tradicionalmente têm na política sua vocação, segundo Feitosa, Silva e Zacarias (2020, p.317), “os partidos políticos são fracamente institucionalizados e em muitos casos são dominados por famílias políticas, clãs, que detêm o poder político e econômico da cidade, dificultando a participação e inserção de gays na política institucional”.

Quanto a presença pública entrevistados Homem, 31 anos, gay, Mulher, 28 anos, lésbica, e Mulher, 27 anos, lésbica destacam a presença de territorialidades LGBTQIAPN+ a vida noturna, a Rua Augusta, o Museu da Diversidade, e principalmente, Casa 1, mencionada por Mulher, 29 anos, lésbica e aprofundada na resposta de Mulher, 28 anos, lesbica, como um espaço de vivências e acolhimento para essa comunidade. Enfatizando, ainda, a relevância das organizações governamentais e não governamentais voltadas ao apoio dessa população. Essas espacialidades, ausentes no interior, especialmente em Americana, estão presentes na capital paulista.

No que se refere às vivências sociais, Mulher, 39 anos, lésbica, Homem, 22 anos, gay e Mulher, 25 anos, pansexual enfatizam a importância da presença de pessoas LGBTQIAPN+ em seus círculos de convivência. Americana, enquanto “cidade armario” dificulta as interações sociais, “a solidão afetivo-sexual, a dificuldade de constituição de uma rede de apoio, a ausência de referências, e a vivência afetivo-sexual privada demarcam fortemente a experiência LGBT” (Feitosa; Silva; Zacarias, 2020, p.325). Enquanto a capital constitui a presença ativa de LGBTQIAPN+ como um elemento fundamental para o processo de auto aceitação, bem como para a vivência de sentimentos de alívio e liberdade. Portanto, “percebe-se que a constituição de redes de apoio, a presença de outras pessoas LGBT, o

afastamento da família e a conformação de uma cena LGBT local são definidoras no processo de constituição da identidade e do orgulho entre pessoas LGBT.”(Feitosa; Silva; Zacarias, 2020, p.326).

5.3 VOCÊ ENFRENTOU ALGUMA FORMA DE DISCRIMINAÇÃO OU PRECONCEITO EM AMERICANA – SP?

A maioria dos entrevistados apontou que a discriminação vivenciada ocorreu de forma mais subjetiva, não se manifestando por meio de ataques físicos diretos, como afirma Homem, 31 anos, gay:

Já, já, mas é engraçado: talvez por não ser tão afeminado, ou porque eu não fosse tão afeminado, as coisas eram mais suavizadas. Então, como você não pode atacar frontalmente a pessoa, porque, veja, ela é uma reprodução, de certa forma, do que eu sou, eu preciso atacar de formas mais veladas; preciso tentar minar a capacidade dessa pessoa, preciso tentar falar alguma coisa que machuque. Porque eu não posso chegar e gritar “você é uma aberração”. Então, os preconceitos que eu sofri sempre foram por tentativas de me impedir de acessar certos lugares, certos aparatos, de não estar em certos locais. Nunca teve uma coisa de me agredir; nunca aconteceu igual aconteceu com o Igor, com ele foi externo: ele foi esfaqueado! Isso nunca aconteceu comigo. Mas é muito focado na sua subjetividade, sabe, quando tem alguma coisa querendo que você não participe. Então, sim (Homem, 31 anos, gay, entrevista, 2025).

Mulher, 28 anos, lésbica, também apresenta seu relato colocando ao centro esse preconceito velado:

Já, mas algo velado, contexto: eu me formei em Direito, trabalhei no fórum, no fórum eu não era assumida para as pessoas do meu trabalho. Eu tinha 17 anos, eu era mais nova, mas eu já me entendia como mulher lésbica. No próprio fórum, acho que Direito, como forma geral, pelo menos na minha perspectiva, é um ambiente mais conservador, mas no fórum as pessoas que eu trabalhava não sabiam que eu namorava uma mulher e eu ouvia com frequência piadinhas homofóbicas ou as pessoas falando que era nojento dois homens se beijando. Então, não foi um preconceito explícito, mas eu sentia a homofobia das pessoas e isso me afetava diariamente, a ponto de eu chegar em casa triste, chorando, e isso é algo muito relevante pra mim. Então, acho que durante vários trabalhos que eu tive, eu não pude me expressar como eu gostaria em relação à minha orientação sexual, por conta de ter essa percepção de que as pessoas não tinham uma abertura em relação a isso (Mulher, 28 anos, lésbica, entrevista, 2025).

Mulher, 29 anos, lésbica revela que essa discriminação implícita afeta principalmente o ambiente de trabalho, sobretudo quando há a necessidade de lidar com o público, seja no contexto corporativo ou nos demais empregos.

Sim, a própria situação de ter sido despedida poucas semanas depois de levar minha mulher a um evento acredito que tenha relação com preconceito, porque, até então,

eu não havia recebido nenhum feedback ruim. Mesmo trabalhando apenas com os funcionários de um determinado lugar, havia ali comentários que geravam uma cobrança sobre como eu deveria ser e me comportar e, quando resolvi ir contra a corrente, decidiram que ali não era um lugar para mim (Mulher, 29 anos, lésbica, entrevista, 2025).

Mulher, 24 anos, bissexual, descreve como o preconceito mesmo que não direcionado a pessoa também é compreendido como violência, visto que se torna uma lembrança de como a LGBTQIAP+fobia podem ser legitimadas pela sociedade:

Já, inclusive, é algo com que a gente meio que se acostuma. Lógico que não é nada direto, até porque temos uma expressão de gênero mais feminina, mas, atendendo pessoas o tempo todo, já escutei cada absurdo. Na maioria das vezes, não era sobre mim; era um comentário sobre algum outro cliente que estava esperando ou sobre o jeito de outro funcionário, e não tem como fingir: essas coisas nos afetam diretamente (Mulher, 24 anos, bissexual, entrevista, 2025).

Mulher, 27 anos, lésbica descreve o papel da família na reprodução do preconceito:

Nossa, sim, mas, para mim, o preconceito começou em casa. Minha mãe não aceitava meu relacionamento de forma nenhuma; foram brigas constantes e ofensas que marcam para o resto da vida. Acho que, muito por isso, não senti de forma tão direta o preconceito da sociedade, porque, dentro de casa, eu já tinha que lidar com isso diariamente (Mulher, 27 anos, lésbica, entrevista, 2025).

Mulher, 39 anos, lésbica também descreve como o preconceito ocorre em Americana, reafirmando o caráter simbólico desse preconceito.

Sim, parece que o preconceito é inexistente em Americana só porque não acontece em forma de violência física, mas a gente convivia com ele diariamente: o olhar torto de sempre, as falas homofóbicas que são apresentadas como comentários ou brincadeiras. Ele existe no nosso dia a dia, e, em Americana, nem tinha como fugir, porque não há espaço para isso (Mulher, 39 anos, lésbica, entrevista, 2025).

Homem, 22 anos, gay relata o preconceito sofrido de forma mais direta, mesmo sem envolver violência física, e justifica isso pelo fato de se apresentar na sociedade de maneira mais “afeminada”.

Sim, e já sofri preconceito de forma direcionada a mim diretamente, me visto de forma mais afeminada então não consigo passar de hetero na rua e isso me torna um alvo, é estar andando na rua, fazendo compras no centro e passar algum carro ou moto com alguém gritando ofensas, nunca sofri violência física, mas o que não minimiza as coisas horríveis que escutei ou o medo diário que ela ocorra (Homem, 22 anos, gay, entrevista, 2025).

Mulher, 25 anos, pansexual explica que se mantém no armário para a família, então durante as visitas, férias ou datas comemorativas quando visita Americana não se apresenta enquanto pessoa LGBTQIAPN+ e portanto não sofreu preconceito direto, mas mantém a própria sexualidade em oculto devido ao receio da reação de seus familiares.

As formas de discriminação apontadas pelos entrevistados geram considerável desconforto entre os integrantes da comunidade LGBTQIAPN+, e a violência simbólica, apesar de cotidiana, mantém um impacto significativo. Segundo Feitosa, Silva e Zacarias:

As violências se manifestam, especialmente, de maneira simbólica, devido justamente a ausência de relações afetivo-sexuais públicas de pessoas LGBT, assim como a ausência de performances de gênero e sexualidade dissidentes que são condicionadas e inibidas pela violência simbólica e pela vigilância heteronormativa (Feitosa; Silva; Zacarias, 2020, p.325).

O armário no caso do relato de Mulher, 25 anos, pansexual é compreendido como uma forma de autoproteção perante a sociedade, a família e ao que poderia enfrentar no futuro. Segundo Feitosa, Silva e Zacarias (2020, p.325) “A manutenção do armário para muitos jovens gays do interior funciona como uma alternativa de se ocultar e se omitir dos processos violentos de enfrentamento das suas identidades”.

As manifestações sutis de discriminação apresentadas pelos entrevistados não apenas se configuram como formas de violência direta contra a população LGBTQIAPN+, como também funcionam como elementos que impulsionam a migração de locais considerados hostis, como o município de Americana.

5.4 VOCÊ ENFRENTOU ALGUMA FORMA DE DISCRIMINAÇÃO OU PRECONCEITO EM SÃO PAULO?

Quando questionados sobre possíveis experiências de discriminação em São Paulo, apenas os entrevistados: Homem, 31 anos, gay e Homem, 22 anos, gay afirmaram ter passado por situações desse tipo, motivo pelo qual apenas seus relatos serão apresentados a seguir.

Ah, já. Já, mas lá foi mais direto. Se você frequenta os espaços do centro, você tem uma grande vantagem: você não é visto. Mas, quando você é visto e não reconhecido, também é uma merda. Algumas pessoas já gritaram na rua, me chamaram de boiola e coisas assim. Quando eu comecei a usar saia, acho que foi quando houve as maiores manifestações, manifestações de repulsa, e ser repudiado é muito desagradável. Porque é uma saia! Qualquer escocês usa um kilt, mas você não pode usar uma saia. Aquilo era uma coisa abjeta para essas pessoas. Então, havia gritos na rua, pessoas que paravam os carros e faziam gestos ofensivos com as mãos. Mas isso, com o tempo, foi se dissipando. Isso não acontece mais — pelo menos, não me acontece mais (Homem, 31 anos, gay, entrevista, 2025).

Homem, 22 anos, gay também descreveu situações parecidas devido a utilização de acessórios e vestuário tidos como femininos.

Infelizmente já, a gente acha que vai sair do interior e nossos problemas estão resolvidos, mas não, tem coisa que acompanha, em São Paulo eu também passei por

discriminações da mesma forma que acontecia em Americana, principalmente quando cheguei, mas acho que a grande diferença entre um lugar e o outro foi a reação das pessoas quando contei sobre o que aconteceu, lá eu sempre escutava que precisava mudar meu jeito, mas quando contei para pessoas aqui elas me validaram, conversamos como isso é ruim e como pessoas que fazem isso são péssimas, acho que essa é a grande diferença para mim (Mulher, 28 anos, lésbica, entrevista, 2025).

Leite, Zanetti e Toniolo (2021) afirmam que se verifica uma relação contraditória entre a cidade de São Paulo e a população LGBTQIAP+, uma vez que o município se configura como um importante espaço de referência pela diversidade cultural e sexual, mas, ao mesmo tempo, apresentou em 2018 a maior quantidade de denúncias de violência homofóbica por contingente habitacional, segundo dados da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Os entrevistados: Homem, 31 anos, gay e Homem, 22 anos, gay relataram ter sofrido preconceito o atribuem principalmente à sua expressão de gênero afeminada. Nesse sentido, “a violência contra homossexuais pode ser também compreendida através das teorias feministas e de gênero” (Martins; Fernandes; Nascimento, 2010, p. 5), que permitem compreender como a homofobia se estrutura a partir da rejeição a comportamentos e expressões que rompem com os padrões normativos de masculinidade e feminilidade.

5.5 QUAIS DESAFIOS VOCÊ ENCONTROU AO SE ADAPTAR À SÃO PAULO DURANTE O INÍCIO DO PROCESSO DE MIGRAÇÃO?

O principal fator apontado pelos entrevistados foram as questões monetárias. Outros aspectos mencionados incluíram situações do cotidiano, como o “trânsito caótico” (Mulher, 39 anos, lésbica, 2025), a “insegurança de estar em um local novo” (Mulher, 29 anos, lésbica, 2025), as “regras do dia a dia” (Mulher, 27 anos, lésbica, 2025), o “preço dos aluguéis” (Mulher, 24 anos, bissexual, 2025), o “choque cultural” (Homem, 22 anos, gay, 2025) e a “dificuldade de estabilidade financeira” (Mulher, 25 anos, pansexual, 2025). Contudo, os relatos dos entrevistados: Homem, 31 anos, gay e Mulher, 28 anos, lesbica revelam uma dualidade de compreensão e sentimentos em relação à solidão e à sensação de invisibilidade na capital paulista.

Homem, 31 anos, gay, narra como a solidão e a busca por companhia geram situações de risco, explicando como esse sentimento afeta migrante, podemos observar em sua fala o que apresenta Feitosa, Silva e Zacarias (2020, p.316) em Reflexões críticas da mesa “Ser ‘gay’ de interior” Vivências, existências e resistências político-afetivas “A violência urbana é muito forte nas capitais, a solidão, a adaptação cultural, o distanciamento de uma rede afetiva de familiares, de parentes.” deste modo o entrevistado revela como a migração para a

metrópole envolve não apenas adaptação material, mas também processos afetivos e sociais complexos, nos quais a necessidade de pertencimento, reconhecimento e cuidado consigo mesmo se entrelaça com as limitações econômicas e a insegurança urbana.

Existe uma questão direta, que é o dinheiro. São Paulo é uma cidade cara. Mas o destino é muito generoso comigo. Eu aluguei um kitnet e, dos meus dois lados, moravam dois ferrados igual a mim. Então, a gente fazia meio que os Novos Baianos, né? A gente se unia, comprava, cozinava, e a gente ia se arranjando dessa maneira. Havia outro problema: eu morria de medo de me perder. Há um terceiro problema: quando você é novo em São Paulo, as pessoas querem te passar a perna. Você tem cara de turista. Então, eu tomei vários golpes das pessoas, porque eu acreditava nas generosidades delas.

E, por último, é que você se sente desarraigado do lugar. Então, São Paulo tem uma coisa que, apesar de ter 12 milhões de pessoas, faz você se sentir muito sozinho. É por isso que muitas pessoas cometem umas loucuras absurdas. Existe uma ideia que os homens fazem, que é a da “porta aberta”: você precisa de afeto, quer ser desejável e se coloca em uma situação de risco. Porta aberta é você esperar a pessoa nua, de costas para a porta. Você não vê a pessoa. Eu acho que o ponto dessa loucura, de se colocar em situações de risco, vem do fato de você não se sentir desejável, desarraigado. Então, você precisa conseguir o que você quer (Homem, 31 anos, gay, entrevista, 2025).

Outro aspecto ressaltado pelo entrevistado é a sensação de desarraigamento e isso é relacionado diretamente com a migração efetuada, é necessário observar que migrar não significa apenas deixar um determinado espaço, trata-se também de um processo de afastamento e desculturalização de seu local de origem, no qual o indivíduo experimenta a perda de parte de sua própria vida e de suas referências socioculturais, Homem, 31 anos, gay cita como exemplo seu relacionamento:

O meu namorado é nordestino, é do Ceará. E aí ele vive uma espécie de vácuo existencial. Porque ele nunca vai ser um paulista, mas lá no Ceará ele é visto como uma pessoa fresca. Quer dizer, ele já não é um cearense também. Então você vive uma espécie de meia vivência (Homem, 31 anos, gay, entrevista, 2025).

Mulher, 28 anos, lésbica, interpreta a indiferença da cidade de forma diferenciada, reconhecendo que, para algumas pessoas LGBTQIAPN+, a opção por permanecer despercebidas pode representar uma estratégia de proteção ao se afastarem de contextos nos quais são constantemente observadas, julgadas ou marginalizadas “essa mudança para a capital permite uma vivência mais plena da sexualidade em face justamente dessa impessoalidade que existe nesses territórios” (Feitosa; Silva; Zacarias, 2020, p.316). A entrevistada observa que essa indiferença urbana pode ser assimilada ao longo do tempo, permitindo que indivíduos construam formas de integração social, afetiva, bem como o pertencimento e reconhecimento na cidade.

Acho que existe uma grande diferença entre morar numa cidade menor, em que você também sente, e as pessoas são muito mais conservadoras, versus São Paulo, é que não é só sobre orientação sexual é sobre tudo as pessoas não ligam o que você vai fazer. Se você tá com uma fantasia, tá tudo bem, faz o seu rolê, se você tá bebendo, se você tá indo pra um rolê diferente cada final de semana. Acho que isso não é algo específico de São Paulo, é uma característica que é muito comum em cidades grandes, então você se adapta a isso, você se adapta a tudo que é diferente, você até acaba se tornando indiferente a muitas coisas. Eu acho que é um ponto bom, mas também é ruim, quando a gente pensa em questões sociais, em pobreza, você também normaliza muito isso dentro da cidade.

Então, eu acho que se adaptar a São Paulo é entender que você tem mais flexibilidade, mas que talvez as pessoas não se importem tanto assim com você. Obviamente tem espaços em que você pode buscar apoio da comunidade, mas também, de forma geral, é você aceitar que você é só mais uma pessoa na cidade, e tá tudo bem. Às vezes você só quer ser mais uma pessoa que não está sendo vista (Mulher, 28 anos, lésbica, entrevista, 2025).

5.6 QUAL É A IMPORTÂNCIA DOS ESPAÇOS DE CONVIVÊNCIA E ENCONTRO PARA A COMUNIDADE LGBTQIAPN+ PARA VOCÊ ENQUANTO PESSOA LGBTQIAPN+ EM SÃO PAULO?

Segundo Da Silva e Dos Santos (2015), a cidade se constitui como espaço de desenvolvimento do trabalho e, historicamente, apresenta-se como um espaço-tempo de realização da exploração de uma classe dominante, que define o que é ou não aceito. Lefebvre (2001) acrescenta que o direito à cidade vai além do trabalho nas indústrias, afirmando que “a vida urbana pressupõe encontros, confrontos das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos (inclusive no confronto ideológico e político) dos modos de viver” (Lefebvre, 2001, p. 22).

Buscando uma maior compreensão sobre a importância dos espaços utilizados para os encontros, também chamados de espaços de vivência, foi perguntado aos entrevistados sobre a relevância desses locais de convivência e encontro da população LGBTQIAPN+ em São Paulo:

Homem, 31 anos, gay, destaca a importância dos espaços de convivência física para a população LGBTQIAPN+, ressaltando como esses locais possibilitam pertencimento, trocas afetivas e memória coletiva, em contraste com o isolamento das cidades menores.

Nossa, isso é fundamental. Existem ali, na República, umas ruas laterais que são maravilhosas. Não só porque têm várias saunas, que eu adoro, mas porque têm uns bares, que se chamam Bear Bar, que são os bares dos ursos, e acontece a coisa mais legal da história: quando eu vou ali, eu vejo gente velha, eu vejo pessoas idosas, e elas estão confraternizando, dançando, fazendo show de drag queen. É fundamental. Existe um filme que se chama Swan Song, que é a história dos gays que envelhecem, e um personagem, ele é o último da geração dele, e fica olhando para os espaços e lembrando o que era. Olha, era um bar ali, era a casa da minha amiga e eu acho fundamental, porque, ainda que a gente conviva nos espaços virtuais muitas

vezes, ter um espaço físico de ambientação é fundamental: você ver pessoas, tocar nas pessoas, saber que aquilo existe e saber onde recomeçar quando algo acontecer. É fundamental. A vida não é funcional, não é laboral; você precisa ter espaço de convivência e de ambientação. Então, isso é uma coisa que tem bastante em São Paulo e que, aqui em Americana, não tem de jeito nenhum. Todos os espaços que a gente tinha foram fechados, e isso é uma forma de expulsar as pessoas. Se eu estou numa cidade que já acredita em coisas diferentes das que eu acredito, num lugar em que eu não consigo nem me afirmar como sou, eu vou embora (Homem, 31 anos, gay, entrevista, 2025)

Mulher, 28 anos, lésbica, reflete sobre como São Paulo lhe possibilitou ressignificar sua relação com os espaços de sociabilidade, destacando a sensação de aceitação em locais heterossexuais, destacando também que mesmo que esses espaços existam em maior quantidade quando comparado a Americana esses espaços são em maior quantidade para o público gay, sendo menor oferta de locais voltados especificamente para mulheres lésbicas.

São muito importantes, porém, São Paulo me fez ressignificar muitas coisas. Explico: Eu sentia que, quando eu morava no interior, ou até quando eu era mais nova, eu precisava sempre estar em locais que eram para mulheres lésbicas. Hoje em dia, por causa da pluralidade de São Paulo, não necessariamente eu preciso estar num espaço LGBT, mas eu sinto abertura em relação às pessoas, em relação a isso. Então, eu posso ir em lugares héteros, e, obviamente, não é a mesma coisa de estar em lugares LGBT, mas eu não sinto medo, eu não sinto pressão, eu não me sinto diferente. Então, isso também me fez repensar: será que eu preciso todo final de semana estar num espaço LGBT, ou eu só quero me sentir aceita? Eu só quero que as pessoas não se importem. Então, acho que isso é um ponto também, mas, obviamente, quando a gente fala de espaços também para mulheres lésbicas, existe uma quantidade muito menor comparado com espaços LGBTs de forma geral, principalmente GGGs. Então, existem muitos espaços para homens gays ou para a população LGBT de forma geral, versus espaços exclusivos para mulheres lésbicas. Mas ainda existe, tá? Então, em São Paulo tem muitos bares, tem locais que poderia ir, mas, quando a gente olha em quantidade, não é uma quantidade tão grande assim, pensando no contexto de São Paul (Mulher, 28 anos, lésbica, entrevista, 2025)

Mulher, 29 anos, lésbica e Mulher, 24 anos, bissexual, comentam brevemente sobre a vida noturna, dando maior destaque aos espaços de afirmação social e às iniciativas políticas públicas ou privadas voltadas à população LGBTQIAPN+.

Para mim, os espaços de convivência são muito importantes porque me permitem ser quem eu sou sem julgamentos. Em São Paulo, consigo encontrar lugares onde posso socializar com outras mulheres lésbicas, trocar experiências, fazer amizades e até fortalecer minha rede profissional. É um alívio ter esse espaço de acolhimento em meio ao ritmo intenso da cidade (Mulher, 29 anos, lésbica, entrevista, 2025).

Eu adoro a vida noturna de São Paulo, mas também observo os espaços políticos, que eu não tinha contato antes, e considero muito importantes. São espaços de fortalecimento e mobilização, onde acontecem debates, projetos e ações políticas voltadas à comunidade. Acho lugares tão essenciais, porque é ali que acontece o aprendizado e a construção de conexões com pessoas de histórias e experiências de vida diferentes (Mulher, 24 anos, bissexual, entrevista, 2025).

Mulher, 27 anos, lésbica e Mulher, 39 anos, lésbica destacam a importância dos espaços de convivência como locais nos quais é possível ser visto e ouvido. Compreendendo que esses ambientes fortalecem laços, promovem reconhecimento coletivo e valorizam as trajetórias da comunidade LGBTQIAPN+.

Eu sinto que esses espaços são um lugar para ser vista e ouvida. Quando nós viemos para São Paulo, foi um certo alívio poder frequentar lugares onde a gente pudesse estar tranquilas juntas sem virar espetáculo. Esses espaços, sejam bares, eventos ou rodas de conversa, nos fazem sentir parte de algo e Americana não tem isso (Mulher, 27 anos, lésbica, entrevista, 2025)

Acho que a ideia de se reconhecer para a população LGBT é importante e nesses lugares a gente se reconhece, compartilha vivências parecidas, entende que não está sozinha, ou só bebe uma cerveja e ri de coisas aleatórias, faz a gente lembrar por que é importante valorizar quem somos e quem veio antes da gente (Mulher, 39 anos, lésbica, entrevista, 2025).

Homem, 22 anos, gay destaca a relevância desses locais para se sentir dentro das normas e pertencente a uma coletividade. Para o entrevistado estar em ambientes LGBTQIAPN+ possibilita reconhecer-se como parte de uma comunidade que acolhe, apoia e legitima sua existência.

Para mim esses lugares são essenciais para eu me sentir normal. Crescendo em Americana, cidade do interior, onde qualquer expressão de afeto pública era julgada. Em São Paulo, posso sair com amigos, usar a roupa que quero, participar de eventos LGBTQIAPN+ sem medo. É ali que percebo que existe comunidade e apoio, que não estou sozinho, e que posso ser eu mesmo de verdade (Homem, 22 anos, gay, entrevista, 2025).

Mulher, 25 anos, pansexual compreende o contingente de diversidade e população em São Paulo como uma forma de autodescoberta.

Esses lugares de convivência para mim são de descoberta. Ainda estou conhecendo melhor minha identidade e, nesses encontros, consigo explorar isso com outras pessoas sem pressa ou julgamento. Tem uma liberdade que é diferente de tudo e isso me ajuda a me aceitar e a me entender melhor (Mulher, 25 anos, pansexual, entrevista, 2025).

De fato, a presença de espaços para a população LGBTQIAPN+ possibilita o fortalecimento de vínculos comunitários, a troca de experiências e a construção de redes de apoio, além de oferecer ambientes seguros para expressão da identidade, lazer e participação social e política. “A ausência de espaços de sociabilidade ou a pouca opção de lugares gera dificuldades em fazer novas amizades, encontrar parcerias sexuais, sentir-se pertencido a uma comunidade de iguais, prejudicando, de certa forma, a autoestima” (Feitosa; Silva; Zacarias, 2020, P.316).

A região da Rua Augusta e o Centro Velho são comumente citados como áreas de vivência LGBTQIAP+. Como apresentam Leite, Zanetti e Toniolo (2022, p.130), “o Centro de São Paulo é considerado como um território de afirmação dos LGBTs; sobretudo, o bairro da República e da região do Baixo Augusta, circunscrito ao bairro da Consolação”. Esses territórios, identificados devido à presença LGBTQIAPN+, “representam a possibilidade das vivências homossexuais com menos cerceamento social” (Leite; Zanetti; Toniolo, 2022, p.130), ao mesmo tempo em que podem “demarcarem relações de poder existentes em um determinado espaço, ou, assim podemos dizer, economias de poder” (Carvalho; Junior, 2019, p.147).

Portanto, “a democratização dos espaços urbanos perpassa a possibilidade das pessoas poderem vivenciar a cidade com a devida liberdade de expressão para serem quem são verdadeiramente” (Carvalho; Junior, 2019, p.158-159). Nesse sentido, a consolidação de espaços de convivência LGBTQIAP+ não apenas garante visibilidade e pertencimento, mas também funciona como estratégia de resistência frente às desigualdades sociais e simbólicas presentes na cidade, permitindo que os indivíduos experimentem a vida urbana de forma plena e afirmativa.

5.7 VOCÊ CONHECE ALGUM ESPAÇO DE CONVIVÊNCIA E ENCONTRO PARA A COMUNIDADE LGBTQIAPN+ EM AMERICANA – SP? SE SIM QUAIS?

Quando questionados sobre a presença de locais de convivência em Americana, os entrevistados explicam que não há locais exclusivos para população LGBTQIAPN+ em Americana, apenas espaços nos quais a permanência e a troca de afeto não são rejeitadas.

Contudo a resposta de Homem, 31 anos, gay, expressa que conhece locais em americana, os lugares de uma sexualidade vivida no oculto, nos locais estigmatizados e a noção de gueto que segundo Feitosa, Silva e Zacarias (2020) pode ser compreendido enquanto redes constituídas de forma localizada, em espaços e áreas específicas, como exemplo os guetos gays em áreas urbanas americanas, ocupadas majoritariamente por pessoas LGBT, onde os desviantes e desviados eram aceitos.

Conheço, conheço: banheiro escuro, parques depois das dez horas da noite, ruas escuras. É isso que resta: a latrina, da latrina, da latrina. Não existe nenhum espaço seguro em Americana para que essas pessoas se afirmem. Ou é na prostituição, e aí, é claro, é escancarada, ou é na coisa velada. É onde as pessoas não vão acessar: você vai no banheiro da rodoviária, você vê pessoas, você vai no banheiro do shopping, você vê pessoas, você vai naquele banheiro da praça, você vê... que agora é

fechado. Por que será? Você vê pessoas. Mas a questão é: que tipo de dignidade essas pessoas estão tendo para fazer isso? (Homem, 31 anos, gay, entrevista, 2025).

Ao concluir sua fala, Homem, 31 anos, gay, propõe uma reflexão central para este estudo, ao destacar a relevância dos espaços de convivência para a população LGBTQIAPN+. Narrativa na qual evidencia como o conservadorismo, materializado por meio de exclusões sociais e geográficas, constitui um fator de vulnerabilidade que impacta diretamente a vida e a segurança dessas pessoas.

Por que o Igor precisa pegar o carro, levar o carro na represa e se expor a uma violência absurda? O Igor não podia, por exemplo, estar namorando e estar de mãos dadas andando no centro? Ele não podia estar no bar curtindo com os amigos? Por que? E aí entra a questão: a nossa vida é tão descartável? para que a gente tenha que se sujeitar a questões. Então, reforço a sua pergunta. Sim, existe um espaço de socialização, são os banheiros, são as praças, são os lugares escuros (Homem, 31 anos, gay, entrevista, 2025).

5.8 FUTURAMENTE VOCÊ GOSTARIA DE VOLTAR A MORAR EM AMERICANA? POR QUÊ?

As respostas dos entrevistados em relação a essa questão convergiram em temas semelhantes. Eles explicam que não retornariam a residir em Americana, embora mantenham visitas devido à presença de familiares e amigos próximos “atualmente eu me sinto mais feliz em São Paulo do que eu me sentiria em Americana” (Mulher, 28 anos, lésbica, 2025). Destacam que, mesmo possuindo oportunidade e até mesmo um local para onde retornar, seja a casa da família ou de amigo, sentem a necessidade e o desejo de estar em um espaço no qual possam se sentir felizes e plenamente validados “em Americana eu tenho minhas raízes, eu tenho meus amigos, mas não é um lugar que eu me sinto em casa” (Homem, 31 anos, gay, 2025), “lar é onde somos livres e seguros e o meu não é Americana” (Homem, 22 anos, gay, 2025).

6. CONCLUSÃO

As localizações das espacialidades urbanas ocupadas pela população LGBTQIAP+ são elementos que evidenciam como as lógicas de poder são inseridas nas cidades, compreendendo que “a localização das pessoas no território é, na maioria das vezes, produto de uma combinação entre forças de mercado e decisões de governo” (Santos, 2011, p. 192).

Americana, enquanto cidade-armário, apresenta em seus espaços a exclusão dos corpos dissidentes, que pode ser compreendida como uma restrição planejada. As estruturas de uma cidade são elaboradas sob a necessidade e poder das classes dominantes, cuja lógica tem como bases a heterossexualidade, a cisgeneridade e a branquitude, segregando os espaços públicos sob o argumento de uma “cidade de família”. O “Espaço público da cidade não oferece segurança, além de privar esses indivíduos do direito de ir e vir e de se expressar livremente” (Santos, 2011, p. 13) deste modo, Americana configura-se como um espaço interdito à população LGBTQIAPN+, o que leva esses sujeitos a buscarem pertencimento e visibilidade em centros urbanos de maior porte, como Campinas e, sobretudo, São Paulo.

Essa migração não ocorre somente por interesses econômicos, mas também por uma necessidade de sobrevivência, segundo Milton Santos (2018, p. 192) “frequentemente se fala de migrações forçadas pelas circunstâncias a que se alude acima. Isso equivale também a falar de localizações forçadas”, ou seja, essa falta de espaços não apenas força a migração como também força a uma espacialidade isolada e estigmatizada, segundo Leite, Zanetti e Toniolo (2020) esses territórios permitidos a população LGBTQIAPN+ podem ser considerados “territorialidades marginais”, uma vez que abrigam indivíduos que fogem às normas sociais, esses locais marginalizados podem ser compreendidos como expressão da relação entre espaço e valor social do indivíduo, visto que “o valor do indivíduo depende do lugar em que está” (Santos, 2011, p.196).

Assim, compreende-se por meio do arcabouço teórico e entrevistas que a estrutura urbana de Americana reforça hierarquias sociais e espaciais que limitam a presença e a expressão da população LGBTQIAPN+, produzindo uma cidade seletiva e excludente que mobiliza a migração para São Paulo enquanto possibilidade de vivências e sobrevivência (Feitosa; Silva; Zacarias, 2020).

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Leticia. **Imigrantes norteamericanos no Brasil. Mito e realidade, o caso de Santa Barbara**. 2009. Tese de Doutorado. Tesis de Maestría en Ciencias Económicas, Universidad Estadual de Campinas.

ALBAGLI, Sarita. Território e territorialidade. **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, p. 23-69, 2004.

BEIGUELMAN, Paula. A grande imigração em São Paulo. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, v. 3, p. 99-116, 1968.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [data de atualização do site]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 02 de out. 2025.

BRASIL. **Conselho Nacional de Justiça. Resolução nº 175, de 14 maio 2013**. Dispõe sobre a habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento, entre pessoas de mesmo sexo. Diário da Justiça Eletrônico do CNJ, n. 89, p. 2, 15 maio 2013. Disponível em: <<https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/1754>>. Acesso em: 12 out. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016**. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2016/decreto-8727-28-abril-2016-782951-publicacaooriginal-150197-pe.html>>. Acesso em: 10 out. 2025.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 4.277. Requerente: Procurador-Geral da República**. Requeridos: Presidente da República; Congresso Nacional. Relator: Min. Ayres Britto. Petição inicial de 22 jul. 2009. Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/peticaoInicial/verPeticaoInicial.asp?base=ADI&numProcesso=4277>>. Acesso em: 12 out. 2025.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Criminalização da homofobia e da transfobia: julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) e Mandado de Injunção 4733**. Portal STF, 2019. Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4515053>>. Acesso em: 12 out. 2025.

BROWN, Michael P. **Closet space: Geographies of metaphor from the body to the globe**. Routledge, 2000.

Bryan, A. Serra. **Americana, sua história**. 1967

CALDEIRA, João Netto. **As Nossas Riquezas. Empresa Commercial e de Propaganda do Brasil**. São Paulo. 1930.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Dinâmicas urbanas na metrópole de São Paulo**. Amalia Inés Geraiges de Lemos Mónica Arroyo, p. 75, 2007.

CARVALHO, Claudio Oliveira; JÚNIOR, Gilson Santiago Macedo. 'Isto é um lugar de respeito!': a construção heteronormativa da cidade-armário através da invisibilidade e violência no cotidiano urbano. **Revista de Direito da Cidade**, v. 9, n. 1, p. 103-116, 2017.

CARVALHO, Claudio Oliveira; JÚNIOR, Gilson Santiago Macedo. 'Ainda vão me matar numa rua': direito à cidade, violência contra LGBTs e heterocisnormatividade na cidade-armário. **Revista de Direitos e Garantias Fundamentais**, v. 20, n. 2, p. 143-164, 2019.

CERQUEIRA, Daniel Ricardo de Castro Coordenador et al. **Atlas da violência 2025**. 2025.

CHISHOLM, Dianne. **Queer constellations: Subcultural space in the wake of the city**. U of Minnesota Press, 2005.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012 – Dispõe sobre pesquisa envolvendo seres humanos**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html>. Acesso em: 02 de out. 2025.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016 – Dispõe sobre a pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2016. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html>. Acesso em: 2 out. 2025.

CRIVELLARI, José Maria. Santa Bárbara d'Oeste—Edição Histórica. **Santa Bárbara, Editora Focus**, 1971.

CRUZ, D. A. M. As faces do Planejamento Urbano no Brasil. **Revista Pegada**, v. 12, n. 2, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.33026/peg.v12i2.938>, acesso em 20 out. 2025.

DA BAHIA, Grupo Gay. Mortes Violentas de LGBT+ No Brasil 2019. **Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia**, 2020.

DA SILVA, Andréa Lima; DOS SANTOS, Silvana Mara de Moraes. "O sol não nasce para todos": uma análise do direito à cidade para os segmentos LGBT. **Ser Social**, v. 17, n. 37, p. 498-516, 2015.

MORAES, Camila de Freitas et al. Cidade armário: corpos, sexualidade e subversão. In: **Políticas públicas e mobilidade urbana: uma compreensão científica da atualidade**. Editora Científica Digital, 2021. p. 107-117.

DE MATOS, Odilon Nogueira. A cidade de São Paulo no século XIX. **Revista de história**, v. 10, n. 21-22, p. 89-125, 1955.

DOS SANTOS, Daniel Kerry; FILHO, Fernando Silva Teixeira. Cartografias do Armário: estratégias do desejo em uma cidade do interior paulista. **Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 8, n. 11, 2014.

DOS SANTOS, Daniel Kerry; TEIXEIRA FILHO, Fernando Silva. Cartografias do Armário: estratégias do desejo em uma cidade do interior paulista. **Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 8, n. 11, 2014.

FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora Lins. **Direitos em disputa: LGBTI+ poder e diferença no Brasil contemporâneo**. Campinas: Editora da Unicamp, 2020.

FEITOSA, Cleyton; SILVA, Elder Luan Dos Santos; ZACARIAS, Vinícius Santos Da Silva. Reflexões críticas da mesa "Ser'gay'de interior": vivências, existências e resistências político-afetivas. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 6, n. 2, p. 310-332, 2020.

HARVEY, David. **A justiça social ea cidade**. Hucitec, 1980.

HOFBAUER, Andreas. Branqueamento e democracia racial: sobre as entranhas do racismo no Brasil. **Por que "raça"**, p. 151-188, 2007.

JOVEM de 22 anos encontrado morto será sepultado em Americana (SP). **G1 – Campinas e Região**, 23 maio 2016. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2016/05/jovem-de-22-anos-encontrado-morto-sera-sepultado-em-americana-sp.html>>. Acesso em: 5 out. 2025.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Vol. 5. São Paulo: Centauro, 2001.

LEITE, Maiara Sanches; ZANETTI, Valéria Regina; TONIOLO, Maria Angélica. Direito à cidade em São Paulo? Uma visão dos LGBT sobre as vivências homoeróticas na cidade (1988–2018). **Revista Aedos**, v. 14, n. 32, 2022.

LEITE, Maiara Sanches; ZANETTI, Valéria; TONIOLO, Maria Angélica. As contradições entre os espaços permitidos e negados aos LGBTQI+ na cidade de São Paulo. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, v. 12, n. 1, p. 54-71, 2021.

LEITE, Maiara; ZANETTI, Valéria; TONIOLO, Maria Angelica. TERRITORIALIDADES LGBTs: UM ESTUDO DA REPÚBLICA E DO BAIXO AUGUSTA NO CENTRO DA CIDADE DE SÃO PAULO. **Sociedade e Território**, v. 32, n. 1, p. 96-114, 2020.

MARTIN, André. **Guerra de secessão. História das guerras**, v. 4, p. 189-218, 2006.

MARTINS, Marco Antônio Matos; FERNANDEZ, Osvaldo; NASCIMENTO, Érico Silva do. Acerca da violência contra LGBT no Brasil: entre reflexões e tendências. **Seminário Internacional Fazendo Gênero**, v. 9, n. 9, 2010.

MORAES, Camila De Freitas et al. Cidade armário: corpos, sexualidade e subversão. In: **Políticas públicas e mobilidade urbana: uma compreensão científica da atualidade**. Editora Científica Digital, 2021. p. 107-117.

MORAIS, Camila de Freitas. Esse corpo que habito não é meu?. In: RIBEIRO, Cristine Jaques (Org.). **Diálogos da cidade: experimentações coletivas de organização**. Porto Alegre: Editora Fi, 2019. p. 95–112.

MOTA, Carlos Guilherme. São Paulo: exercício de memória. **Estudos avançados**, v. 17, p. 241-263, 2003.

PITOR, Gabriel. Movimento LGBTQIA+ encontra dificuldades para se mobilizar em Americana e região. **O Liberal**, Americana, 28 jun. 2025. Disponível em: <<https://liberal.com.br/cidades/nova-odessa/movimento-lgbtqia-encontra-dificuldades-para-se-mobilizar-em-americana-e-regiao>>. Acesso em: 12 out. 2025.

RAFFESTIN, Claude; Mari a Cecília França. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática S.A., 1993.

Rastro de sangue ajudou polícia a achar suspeito de assassinar casal. **G1 – Campinas e Região**, jan. 2016. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2016/01/rastro-de-sangue-ajudou-policia-ac-har-suspeito-de-assassinar-casal.html>>. Acesso em: 5 out. 2025.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

ROLNIK, Raquel. Territórios negros nas cidades brasileiras: etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro. **Revista de Estudos Afro-Asiáticos**, v. 17, p. 1-17, 1989.

SANTOS, Giselle Gomes. **VIVÊNCIAS LGBTQ+ EM CIDADES DE INTERIOR**. 2018

SANTOS, Milton. O espaço da cidadania e outras reflexões/Milton Santos; organizado por Elisiane da Silva; Gervásio Rodrigo Neves; Liana Bach Martins. **Porto Alegre: Fundação Ulysses Guimarães**, p. 190, 2011.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. A epistemologia do armário. **Cadernos pagu**, p. 19-54, 2007.

SILVA, Joseli Maria. A cidade dos corpos transgressores da heteronormatividade. **Geo Uerj**, v. 1, n. 18, p. 3 à 19-3 à 19, 2004.

SILVA, Joseli Maria. Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero na análise geográfica. **Revista de História regional**, 2003.

SILVA, Joseli Maria; CESAR, Tamires Regina Aguiar De Oliveira; PINTO, Vagner André Morais. Gênero e geografia brasileira: uma análise sobre o tensionamento de um campo de saber. **Revista da ANPEGE**, v. 11, n. 15, p. 185-200, 2015.

SOUZA, Guilherme Ribeiro de. A história da cidade de São Paulo contada por números: um estudo acerca do crescimento populacional da capital paulistana desde a sua fundação até o início do século XXI. In: **XI Congresso de História Econômica: Economia de guerra: geopolítica em tempos de pandemia e crise sistêmica.**—23 a. 2020.

TREVISAN, Gabriela Simonetti et al. **Americana-SP, uma história entre rios. Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura**, v. 27, n. 1, p. 155-172, 2019.

VASCONCELOS, Nádía Machado de et al. Violência contra pessoas LGB+ no Brasil: análise da Pesquisa Nacional de Saúde 2019. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 26, 2023.

VIEIRA, Paulo Jorge. Cidades torcidas: uma abordagem conceptual sobre (homo) sexualidades e espaço urbano. **XII Simpósio Nacional de Geografia Urbana Ciência e Utopia: Por uma Geografia do Possível**, 2011.

Anexo 1 - Roteiro das Entrevistas

Introdução: Olá, tudo bem? Meu nome é Isabela Maria Sérgio Beraldo e estou conduzindo uma entrevista que busca entender sobre a experiência de pessoas da comunidade LGBTQIAPN+ que migraram da cidade de Americana para São Paulo. Essa entrevista será utilizada para compor o trabalho de conclusão de curso em Geografia pela UNESP - campus de Rio Claro, cujo título é A Migração da População LGBTQIAPN+ da Cidade de Americana para São Paulo: Motivos, Causas e Justificativas. Agradeço muito por você ter aceitado participar e por compartilhar suas vivências. As perguntas são bastante pessoais, então, fique à vontade para responder apenas o que se sentir confortável. Vamos começar?

QUESTIONÁRIO

1. Qual seu nome?
2. Qual sua idade?
() 18-24 anos () 25-34 anos () 35-44 anos () 45-54 anos () 55-64 anos () 65 anos ou mais
3. Qual sua profissão?
4. Qual sua identidade de gênero e sexualidade?
5. Por que você decidiu mudar de Americana para São Paulo?
6. Quão importante foi a presença de uma comunidade LGBTQIAPN+ ativa na sua decisão de migrar para a cidade de São Paulo?
7. Você enfrentou alguma forma de discriminação ou preconceito em Americana – SP?
8. Você enfrentou alguma forma de discriminação ou preconceito em São Paulo?
9. Quais desafios você encontrou ao se adaptar à São Paulo durante o início do processo de migração?

10. Qual é a importância dos espaços de convivência e encontro para a comunidade LGBTQIAPN+ para você enquanto pessoa LGBTQIAPN+ em São Paulo?

11. Você conhece algum espaço de convivência e encontro para a comunidade LGBTQIAPN+ em Americana – SP? Se sim quais?

12. Futuramente você gostaria de voltar a morar em Americana? Por quê?

Conclusão: Agradeço a disposição em compartilhar suas experiências e opiniões. Essas informações são muito importantes para compreendermos melhor a vivência de pessoas LGBTQIAPN+ e os motivos, causas e justificativas que levam essa camada da população a migrar de Americana para São Paulo. Caso queira adicionar mais alguma coisa ou compartilhar outros pensamentos, fique à vontade.